



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BRENDA MARIA DA SILVA

**A INSTRUÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA ESCRITA: A ATUAÇÃO DAS
MULHERES NA IMPRENSA NA PARAÍBA IMPERIAL (1850-1880)**

CAJAZEIRAS - PB

2023

BRENDA MARIA DA SILVA

**A INSTRUÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA ESCRITA: A ATUAÇÃO DAS
MULHERES NA IMPRENSA NA PARAÍBA IMPERIAL (1850-1880)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

CAJAZEIRAS – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

S586i Silva, Brenda Maria da.
A instrução feminina através da escrita: a atuação das mulheres na imprensa na Paraíba imperial(1850-1880) / Brenda Maria da Silva. - Cajazeiras, 2023.
67f. : il. -
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.
Monografia (Licenciatura em história) UFCG/CFP, 2023.

1.Escritos femininos. 2.Instrução Pública da Paraíba - século XIX. 3.Trabalho feminino. 4.Comportamento feminino. 5.Cartas de Jornais. 6.Sistema patriarcal. 7. Folhetins e cartas. 8. Mulheres na imprensa paraibana -1850-1880. I.Sousa, Israel Soares de. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU - 070-055.2(813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COORDENACAO DE GRADUACAO EM HISTORIA
Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB, CEP 58900-000
Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009
Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – CGHIS-CFP, REALIZADA EM 15/02/2023

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, na Sala Paccelli 01, estiveram reunidas, sob a presidência do professor-orientador DR. ISRAEL SOARES DE SOUSA, a DRa. ROSEMERE OLIMPIO DE SANTANA, a MS. NADJA CLAUDINALE DA COSTA CLAUDINO e a discente BRENDA MARIA DA SILVA (matrícula nº 217130325). Foi instalada a sessão pública para julgamento da monografia de conclusão de curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História, elaborada pela referida discente, intitulada: A INSTRUÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA ESCRITA: A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA IMPRENSA NA PARAÍBA IMPERIAL (1850-1880). Após a abertura da sessão, o presidente da banca julgadora deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres das integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da discente. Ao final, reunida em separado, a banca APROVOU a monografia atribuindo a nota 9,0 (nove) ao trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Cajazeiras, 15 de fevereiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ISRAEL SOARES DE SOUSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/02/2023, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRENDA MARIA DA SILVA, Usuário Externo**, em 15/02/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMERE OLIMPIO DE SANTANA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/02/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Claudinale da Costa Claudino, Usuário Externo**, em 19/02/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3084127** e o código CRC **4689F8FB**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado coragem, sabedoria e força para enfrentar todos os obstáculos que surgiram durante essa longa caminhada.

À Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras – Centro de Formação de Professores pelo acolhimento e pela oportunidade de cursar esse curso.

Ao meu orientador Prof. Dr. Israel Soares de Sousa, por ter me aceitado como sua orientanda, pelo comprometimento que teve comigo em todas as orientações e por ter me ajudado não só com a construção do meu trabalho, mas também com o meu desenvolvimento pessoal.

A todos os professores da Unidade Acadêmica de Letras (UAL), por todo o conhecimento transmitido e por todo o aprendizado sobre a vida e seus acontecimentos.

À minha mãe, Vanuza Maria da Silva, por todo o cuidado e esforço para me ajudar a conseguir chegar até aqui.

Aos meus tios, João Henrique e Damiana Henrique, pelo incentivo e ajuda que me proporcionaram nos momentos mais difíceis.

Ao meu namorado, Leandro Vicente de Sousa Dias, pelo apoio, paciência e pela confiança que sempre depositou em mim.

Aos meus amigos, Mayara Gouveia, Raquel Araújo, Natália Rocha, Nathanna Pinto e Yasmim Andrade, pelo apoio necessário quando eu desanimei e quando eu mais precisei.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

“A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados.”

Michelle Perrot (2005)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a participação feminina nas cartas e folhetins da Paraíba no Século XIX a partir do estudo dos jornais e folhetins oitocentistas. Nesse trabalho procuramos analisar a historiografia das mulheres a partir da sua escrita, evidenciando a importância da historiografia para entendermos o cotidiano para assim compreendermos o espaço em que elas estavam inseridas. o seu trabalho na esfera privada e no espaço público. Com base nessa premissa analisamos o comportamento feminino frente ao sistema patriarcal e as relações nas quais estavam inseridas, buscando compreender a mentalidade e as representações da vida das mulheres que lutaram para conquistar autonomia através da escrita e imprensa. Aqui utilizamos os folhetins e cartas dos jornais *O Governista Parahybano*, *O Tempo* e *A Marqueza do Norte* a através do site “Jornais e Folhetins literários da Paraíba no século XIX”. Utilizamos o suporte teórico de Roger Chartier através da Nova História Cultural e as contribuições da historiadora Michelle Perrot através da história das mulheres, para nos ajudar a entender um pouco mais sobre o contexto histórico do período. Pretendemos aqui, por meio destes escritos e estratégias utilizadas para encontrarmos a presença feminina no espaço público, evidenciar os indícios das práticas sociais femininas e representações das mulheres na escrita e imprensa pública na Paraíba Imperial.

Palavras chave: Cartas de Jornais, Mulheres, Instrução Pública, Trabalho Feminino.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the female participation in the letters and pamphlets of Paraíba in the 19th century, based on the study of 19th century newspapers and pamphlets. In this work we seek to analyze the historiography of women based on their writing, highlighting the importance of historiography to understand the daily life and thus understand the space in which they were inserted. Based on this premise, we analyze women's behavior in the face of the patriarchal system and the relationships in which they were inserted, seeking to understand the mentality and the representations of the lives of women who fought to conquer autonomy through writing and the press. Here we use the pamphlets and letters from the newspapers *O Governista Parahybano*, *O Tempo* and *A Marqueza do Norte* through the site "Jornais e Folhetins literários da Paraíba no século XIX". We used the theoretical support of Roger Chartier through the New Cultural History and the contributions of the historian Michelle Perrot through the history of women, to help us understand a little more about the historical context of the period. We intend here, through these writings and strategies used to find the female presence in the public space, to evidence the evidence of women's social practices and representations of women in the writing and public press in Imperial Paraíba.

Translated with www.DeepL.com/Translator (free version)

Keywords: Newspaper Letters, Women, Public Instruction, Women's Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal: A Marqueza do Norte - número 03	49
Figura 2 - Jornal: A Marqueza do Norte - p. 02	52
Figura 3 - Jornal: A Marqueza do Norte - p. 04	54
Figura 4 - Tabela de cartas: A instrução pública nos jornais da Paraíba no Império	57
Figura 5 - Nomeação de cadeiras de latim e de primeiras letras	58
Figura 6 - Pedido de representação de professor	60
Figura 7 - Carta de queixas sobre cadeira de primeiras letras do sexo feminino: Bananeiras	61
Figura 8 - Continuação da carta de queixas	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	14
HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES	14
1.1 A prática da escrita feminina	24
CAPITULO II.....	33
DA CASA PARA A RUA: EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES A PARTIR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	33
2.1 Mulheres na sala de aula.....	42
CAPÍTULO III	46
O FEMININO NAS CARTAS DA PARAÍBA IMPERIAL	46
3.1 Notas sobre a inserção feminina na educação paraibana	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, costumei pensar que o mundo era muito injusto com as mulheres, principalmente com aquelas que buscavam ser diferentes das que seguiam os padrões impostos pela sociedade, com isso acabei iniciando pequenos debates na roda de amigos e de familiares onde ao mostrar minha opinião sobre o lugar das mulheres acabava por espantar ou gerar incômodo naqueles que ouviam. Ao decorrer da minha vida, cresci em um ambiente no qual as figuras femininas dedicaram sua vida a desempenhar os dois papéis mais conhecidos da humanidade, de pai e mãe, isso porque cresci com poucas influências masculinas devido a relacionamentos que não deram certo.

Ao observar minhas vivências e meus laços familiares, acabei percebendo que não possuía muitos homens em meu convívio, pois aqueles que fizeram parte das nossas vidas ou já tivera falecido ou se afastaram por motivos diversos. Com isso, desde cedo acabei vendo as mulheres da família desempenharem papéis socialmente atribuídos a homens e eu acabei trazendo essa influência também para a minha vida.

Através disso, hoje me disponho a pensar ainda mais sobre os debates acerca do trabalho das mulheres ou como o gênero influencia no ambiente de trabalho, outras problemáticas também surgem decorrente ao tema, como é o caso da dominação vivida pelas mulheres e como isso interfere no espaço público e privado.

Ao ingressar na Universidade, me senti privilegiada por ser uma das únicas da minha família que conseguiu entrar para uma instituição de ensino superior e a partir disso, pude refletir ainda mais sobre a temática trabalhada na presente escrita. As leituras propostas no curso me ajudaram bastante a entender um pouco melhor sobre o tema e a me interessar a pesquisar um pouco mais sobre, para que assim eu escolhesse essa linha de raciocínio de investigação.

Ao iniciar as cadeiras de Projeto de Pesquisa, senti dificuldade de encontrar um objeto de investigação no qual fosse posteriormente desenvolver no trabalho de conclusão de curso, mas naquele momento já sabia que desejava trabalhar com questões de gênero, mais precisamente, sobre a história das mulheres. Com o passar do tempo, acabei optando por trabalhar a participação das mulheres nos movimentos operários e sindicais, mas devido à dificuldade ao material utilizado como fonte tive que mudar a direção do tema e me encontrei na história das mulheres no âmbito escolar, na qual me interessei por como se deu a inserção das mulheres no campo do trabalho no Estado da Paraíba.

Ao pesquisar minhas fontes para o referencial teórico, encontrei alguns autores e trabalhos que me ajudaram bastante a compreender mais sobre o tema na construção dos capítulos que irei citar mais adiante. Durante a pesquisa das fontes, uma me chamou a atenção pelo fato de nos remeter a documentos do século XIX e que mesmo sendo de um período um pouco distante do atual, nos mostra o quão pouco a sociedade evoluiu a respeito do preconceito no âmbito de trabalho através do gênero. Essa fonte diz respeito a um site que tem exposto de forma gratuita cartas digitalizadas, além das imagens delas que servirão de base principal para a minha pesquisa. O site se chama “jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX” do CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. No site, podemos encontrar um acervo de folhetins contendo as imagens das cartas e a digitalização para facilitar a compreensão do que está escrito.

A partir da análise das cartas, mais precisamente “Cartas sobre a instrução pública nos jornais da Paraíba no Império”, é possível compreender que as anotações feitas são de autoria masculina, isso corresponde ao sistema da época em que mesmo as mulheres participando da esfera pública, através do seu emprego, elas não possuíam grande lugar de fala para relatar suas próprias situações. Os homens ficavam encarregados por contratar, prestar queixas, dar esclarecimentos e definir horários e valores para as mulheres que estavam no mesmo emprego que eles.

Diante dessa perspectiva, comecei a pesquisar um pouco mais sobre como acontecia a inserção das mulheres no campo de trabalho, como e em que trabalhavam durante o século XIX, onde encontravam oportunidade de emprego e o mais importante, como eram tratadas nesses espaços. Nessa etapa, alguns autores me ajudaram a refletir um pouco mais sobre esse assunto, como é o caso de Mary Del Priori em “História das mulheres no Brasil”, na qual seu livro discorre sobre grande parte da trajetória do ser mulher no Brasil, trazendo grandes debates diante de temas como “mulheres no sertão nordestino”, “mulheres na sala de aula”, entre outros que me ajudaram grandemente a construir a narrativa histórica da referida pesquisa.

Um trabalho muito importante que me propiciou chegar as fontes principais da pesquisa foi a dissertação de mestrado da autora Renata Cristina Da Silva Bringel com o tema “Indícios do feminino nas cartas nos jornais da Paraíba no século XIX (1850 A 1886)”. Além destes, muitos outros trabalhos e autores que posteriormente serão citados foram de suma importância para a minha pesquisa, pois me ajudaram a construir uma

narrativa acerca uma temática bastante conhecida, mas que ainda não possui grande notoriedade.

Após a escolha do objeto da pesquisa e as fontes historiográficas, partiremos para a construção dos capítulos, onde os três capítulos serão divididos em duas partes. A base da pesquisa serão as cartas dos folhetins já citados, na qual faremos uma análise sobre como a mulher era tratada e evidenciada no seu campo de trabalho, mas antes de chegar a essa parte pretendo primeiramente levantar alguns pontos em relação ao contexto que as mulheres estavam inseridas e como viviam durante o período do século XIX.

Para me auxiliar nessa parte inicial da pesquisa pretendo analisar e buscar compreender o modelo de sociedade em que as pessoas do dado período viviam, explorando as escolhas e formas em que se comportavam e principalmente a maneira em que trabalhavam. Nesse contexto, estudaremos como era a vida das mulheres nordestinas, visto que no século XIX a figura feminina estava em desempenhar o papel de mãe, esposa e cuidadora do seu lar, portanto o espaço público não fazia parte do seu cotidiano. Ao se debruçar pela historiografia da “História das mulheres” de Mary Del Priore é possível notar que as práticas femininas eram divididas entre sua classe social, condição de vida, lugar de origem, cor e empregos. Portanto, nesse capítulo será evidenciada quais as atividades desenvolvidas pelas mulheres nordestinas de acordo com a suas condições sociais.

No segundo capítulo, irei me voltar para o momento em que as mulheres passam a desempenhar outros papéis além do ser a esposa ou mãe, mas como participante da esfera pública a partir do seu ingresso na faculdade e emprego como educadora. Guacira Louro em “Mulheres na sala de aula” no Livro “História das Mulheres” de Mary Del Priore, traz um importante diálogo sobre como se deu a inserção da mulher no âmbito escolar e através dessa perspectiva irei trabalhar a fim de construir uma narrativa através das dificuldades encontradas no campo do trabalho. Já que, de acordo com a autora Guacira, durante esse período, as mulheres eram designadas a ser educadas e não instruídas para que o seu papel principal se caracterizasse na construção do caráter e moralidade. Além disso, também descrever o processo de emancipação das mulheres e como aos poucos elas foram conseguindo ganhar espaço no âmbito profissional, mesmo com as restrições.

No terceiro capítulo, teremos como fontes históricas as cartas que eram frequentemente circuladas nos jornais da Paraíba. As imagens foram obtidas através do site já citado “Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX”, que possui um acervo de documentos não só com informações de jornais da Paraíba, mas também de

outros estados do Nordeste. Com base nas cartas, que são publicações presentes nos jornais “O Governista Parahybano” e “O Tempo”, analisaremos a forma pela qual as mulheres são evidenciadas e por quem foi feita essas publicações e assim conseguiremos compreender a parte final do trabalho em que pretendo levantar uma problematização dos documentos pois, os discursos expostos nos folhetins não eram de autoria das professoras, mulheres e muito menos alunas que frequentavam as instituições, mas sim por homens devido sua posição de dominância nesse setor social. E nesse momento é de suma importância a dissertação de mestrado da autora Renata Cristina Bringel em “Indícios do feminino nas cartas dos Jornais da Paraíba no século XIX (1850 a 1886)” onde a mesma discorre sobre como o estudo dessas fontes são importantes para compreendermos o papel desempenhado pelas mulheres e homens na mídia e principalmente quem eram os favorecidos no setor da educação no cenário da Paraíba Imperial.

Portanto, assim poderemos ter uma breve noção do trabalho desempenhado pelas mulheres em um ambiente repleto de discriminação que é o âmbito do trabalho profissional, demonstrando a importância de entendermos a complexidade do ser mulher em uma sociedade masculina. Compreendendo a representação da mulher como escritora e profissional em um espaço duplo de instrução que é o do profissional e o pessoal, levando em consideração a mentalidade cultural do período.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES

Durante um longo período, em que o sistema patriarcal prevalecia como poder principal na sociedade, as mulheres passaram muito tempo submissas à figura masculina, pois o homem como personagem principal e indispensável da casa detinha o poder político, econômico e autoridade para tratar de todos os assuntos que correspondessem a vida social e individual da sua família. Com isso, muitas mulheres acabavam aceitando para suas vidas os discursos misóginos e relações abusivas, pois durante o século XIX, a sociedade brasileira colonial possuía ainda raízes muito fortes do patriarcalismo. Muitas acabavam sendo submissas a figura masculina presente em sua vida, mas que mesmo diante desse padrão elas conseguiam exercer seus papéis de protagonistas dentro de suas casas.

Hoje, diante a sociedade brasileira do século XXI continuamos a presenciar esses tipos de acontecimentos, em que as heranças culturais patriarcais ainda prevalecem como sendo uma postura correta e respeitável a ser seguida pelas mulheres. Com isso, ainda é possível perceber que muitas mulheres continuam a reproduzir esses discursos entre si, pois fazia parte do cotidiano destas acreditarem ser predestinadas a esse círculo de dominação e dependência, como vemos de acordo com as autoras Milka Alves Correia Barbosa, Fátima Regina Ney Matos, Ana Paula Ferreira dos Santos e Ana Márcia Batista Almeida em seu trabalho que tem como título MULHERES E PATRIARCADO: RELAÇÕES DEPENDÊNCIA E SUBMISSÃO NAS CASAS DE FARINHADO AGRESTE ALAGOANO, podemos compreender que,

Obviamente que a sociedade brasileira vem passando por significativas transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas duas décadas; dentre elas, o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, conforme Chauí (1989), apesar da desintegração do patriarcado rural, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileiras, pelas vias do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo. Assim, a gênese de atitudes autoritárias com a condição feminina, verificadas nos meios urbano e rural contemporâneos, pode ser entendida à luz dos esquemas de dominação que caracterizaram o patriarcado tradicional brasileiro. (2011, p.67).

É necessário evidenciar que por mais que a sociedade mude a respeito da divisão sexual no trabalho, ou mesmo, sobre suas formas de dominação sempre vai ser possível

encontrar situações de desigualdade onde as mulheres serão discriminadas pelo seu sexo e mesmo diante de um cenário onde houve mudanças significativas no âmbito do trabalho, ainda não podemos dizer que a igualdade de gênero é uma conquista, pois ainda que as mulheres tenham conseguido alcançar o mesmo nível de escolaridade dos homens, acabamos evidenciando diversos discursos políticos e sociais que reforçam a discriminação e segregação social a partir do gênero.

Ademais, no mundo do trabalho contemporâneo, continua existindo a dimensão sexuada das relações estabelecidas socialmente; no mercado de trabalho, ainda persiste uma nítida divisão sexual das formações e dos empregos: as profissões tipicamente femininas carregam em si a desvalorização social e, conseqüentemente, salarial. (BARBOSA, 2011, p. 69).

A desvalorização social seguida pela desvalorização do trabalho feminino não apenas condiz necessariamente com sua capacidade intelectual e de força de trabalho, mas com a sua condição como mulher, visto de uma perspectiva religiosa onde a figura feminina foi feita a partir do homem para servi-lo e obedecer para garantir a harmonia do seu lar e da sua união perante os preceitos bíblicos. Diante das concepções bíblicas, vemos que a mulher é colocada como inferior em relação a imagem do homem e ela tem como papel respeitar e obedecer a figura masculina, pois deverá seguir o exemplo de Maria, mãe de Jesus, uma mulher casta, pura, e frágil que teria que guardar-se para seu casamento e seguir uma vida longe dos pecados da sociedade para encontrar a redenção divina,

Na bíblia cristã vemos Eva, logo de início, sendo tratada como a causadora da perdição dos homens, a que levou Adão a pecar contra Deus. Mais à frente temos Dalila, a mulher que tirou a força de Sansão depois de seduzi-lo; e ainda Maria Madalena, a prostituta que teve a sorte de não ser apedrejada porque teve seus pecados absolvidos por Jesus (um homem). Estes são exemplos mais conhecidos e utilizados em discursos dentro dos templos religiosos que colocam a mulher como causadora dos males, perigosas e/ou dependentes da boa vontade de figuras masculinas para salvá-las. As mulheres são consideradas inferiores, pois não foram criadas e moldadas por Deus e sim, retiradas da costela de Adão, o primeiro homem (segundo as escrituras cristã) o que dá subsídio para o discurso de inferioridade usado contra as mulheres dentro dos templos religiosos. (SIRELLI, 2017, p. 205).

Outra questão a ser pensada como um símbolo de submissão das mulheres dentro dos discursos religiosos é a respeito da condição do ser mulher diante da maternidade. Podemos compreender que a ideia de que a maternidade é o símbolo do divino é tido como o principal e mais importante acontecimento da vida feminina, como sendo a única função pela qual a mulher é responsável e como se fosse um dever de todas, independente

da sua vontade e condição, para assim a tornar completa como geradora de uma vida. A partir do momento em que a mulher dar à luz a seu filho ela deixa de ser mulher e agora se torna mãe, tornando a maternidade uma condição social na qual ela deve servir unicamente a sua família e ser exemplo para os seus filhos, “Esta inferiorização, subalternização e culpabilização pode vir velada, interiorizada nos costumes e modo de vida religioso e se propaga para toda a sociedade.” (SIRELLI, 2017, p. 206).

Partindo dessa perspectiva de dominação, divindade e servidão podemos nos pautar em uma realidade mais próxima que é o caso das mulheres no nordeste brasileiro, que viviam para suas casas e suas famílias e que por mais que possuíssem um pouco mais de bens aquisitivos, ainda assim são submetidas à submissão de uma figura masculina. O modo em que a maioria delas viviam era de forma que não fosse contra a realidade social do período, uma sociedade masculina pautada em seus silenciamentos, não apenas da sua fala, mas em todas as atitudes que não correspondiam a ordem entendida como natural da sociedade, como podemos evidenciar a partir da seguinte afirmação:

Todavia, sua postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesmas. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária. (PERROT, 2005, p. 10).

O afastamento da mulher do coletivo não tem só a ver com as condições de vida que levavam, mas no lugar que estavam inseridas. Aquelas que eram descritas como “livres” na sociedade do século XIX, não significava ser livre em suas escolhas, mas livres do trabalho escravo.

Era muito comum, nesse período, a escravização das mulheres, pois como é do conhecimento de muitos, o sertão nordestino do século XIX era marcado pelo coronelismo. Com muitos engenhos é possível imaginar que havia muitos trabalhadores nesses espaços. Precisava-se também de mulheres que ficassem responsáveis pelos trabalhos domésticos, como cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças dos patrões e da limpeza das casas. Além disso, muitas mantiveram relações com seus senhores, algumas consensuais e outras não. Através dessas relações muitas deram à luz a crianças de fora do casamento o que intensificou a miscigenação das pessoas desse período.

Além dos trabalhos domésticos, muitas mulheres também ficavam responsáveis por trabalhar juntamente com os homens, no trabalho agrícola e nos engenhos, mas que

por sua vez, essas jornadas não eram recompensadas nem muito menos reconhecidas, pois como a autora afirma:

As estatísticas agrícolas enumeram os "chefes de exploração" sem detalhar o sexo, que se supõe obrigatoriamente masculino, como o dos "trabalhadores diaristas", entre os quais havia tantas serventes. As mulheres de agricultores ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres não "contam" (PERROT, 2005, p. 11).

Não contam, pelo fato de pertencerem a um gênero silenciado que, em suma, não carregava muitos elementos satisfatórios no respectivo período. Mas, por que muitas dessas mulheres foram submetidas a tais fatos sem questionarem suas condições de existência? Provavelmente, por medo de como os outros iriam lhe olhar, ou mesmo a forma que iriam julgá-la, pois mesmo havendo questionamentos por parte de algumas, muitas se calavam e aceitavam sua condição já que as mulheres consideradas "rebeldes" não eram bem-vistas perante a sociedade. As mulheres que iam contra as formas de exploração e que estavam expostas ou contra o silêncio que as engoliam não eram bem aceitas porque esse tipo de comportamento não era adotado como o "normal" para uma mulher.

O volume e a natureza das fontes das mulheres e sobre as mulheres variam conseqüentemente ao longo do tempo: Eles são por si mesmos índices de sua presença e sinal de uma tomada da palavra que se amplia e faz recuar o silêncio, às vezes tão intenso que chegamos a nos perguntar: "Uma história das mulheres seria possível?" (PERROT, 2005, p. 13).

Nesse sentido, como seria possível um protagonismo e uma história das mulheres? Até porque tudo que era feito pelas mulheres era descrito por homens. A sua historiografia ficou marcada por um olhar masculino em que podemos nos debruçar em obras de autores da literatura brasileira como em "O cortiço" de Aluísio de Azevedo e "Dom Casmurro" de Machado de Assis, obras muito importantes para compreensão do imaginário do período, onde expõe críticas e polêmicas do cenário brasileiro, mas que colocam um olhar estereotipado em torno das personagens femininas presentes nas obras.

Por outro lado, a literatura abriu espaço para as mulheres expressarem suas vidas a partir de seus relatos em forma de poemas e contos, campo para elas expressarem seus pensamentos, seus desejos e angústias. O seu lugar de fala foi sendo conquistado através da literatura, através de sua escrita foi sendo evidenciada a sua autonomia na sociedade.

Os contos e poemas escritos pelas mulheres, na maioria das vezes remetiam a seus amores, muitos proibidos, pois ora não interessava a sociedade seus pensamentos coletivos quanto mais os íntimos. Seus escritos revelavam suas paixões, que muitas vezes eram proibidas e que acabavam por ser esquecidas em gavetas e trancadas quando saíam da vida de solteira para casada. Como a autora Lygia Fagundes Telles (2004) evidência em seu texto:

Século XIX, é bom repetir. E neste nosso século não foi um escândalo quando Gilka Machado ousou escrever sobre o amor sexual naqueles seus flamejantes poemas? Antes, a mulher era explicada pelo homem, disse a jovem personagem do meu romance *As meninas*. Agora é a própria mulher que se desembrulha, se explica. Não esquecer que as nossas primeiras poetisas encontraram naqueles diários e álbuns de capa acetinada o recurso ideal para assim registrarem suas inspirações, era naquelas páginas secretas que iam se desembrulhando em prosa e verso. Vejo assim nessas tímidas arremetidas o nascedouro da literatura feminina, na maioria, assustados testemunhos de estados d'alma, confissões e descobertas de moças num estilo intimista – o chamado estilo subjetivo com suas dúvidas e esperanças espartilhadas como elas mesmas, tentando assumir seus devaneios. Mas quando se casavam, trancavam a sete chaves esses diários porque está visto que segredo saindo da pena de mulher casada só podia ser bandalheira... (s/p).

Os romances feitos por essas mulheres, que na maioria das vezes não podiam revelar seus amores, ficavam reclusos e escondidos para que não desonrassem a sua imagem. Muitas das cartas ou cadernos de anotações escritos só eram descobertos após sua morte e assim destruídos para não mancharem a reputação da família. Ora, pois poderiam ser utilizadas posteriormente como insulto ou forma de desmoralização da sua honra e família.

É importante lembrar que grande parte da população feminina não era alfabetizada, isso porque só era possível ter acesso à escola quem possuísse condições financeiras, podemos evidenciar relatos de como se dava o ensino das mulheres durante o século XIX a partir da obra *Retratos de mulheres na literatura brasileira do século XIX*, com base na seguinte afirmação:

Durante o século XIX, a educação recebida pelas mulheres era, portanto, privilégio de uma minoria rica. Como regra, as meninas pobres não recebiam qualquer espécie de educação formal, interessando aos pais mais o aprendizado das prendas domésticas do que o da leitura e da escrita (LOPES, 2011, p. 119).

Com isso, podemos ver que a educação não era acessível e não era justa para as mulheres já que as disciplinas ensinadas estavam voltadas para o ensino doméstico pois,

“[...]tinham como meta formar a mulher para que pudesse educar melhor seus filhos, cumprindo, assim, seus papéis de esposa e mãe.” (LOPES, 2011, p. 120).

As mulheres do século XIX estavam submetidas à exclusão da vida pública, eram muitas vezes mantidas reclusas e dispostas a dedicarem todo o seu tempo e espaço a ser preenchido pelos afazeres das suas casas e o trabalho de ser esposa e mãe. Embora fosse o desejo da maioria, encontrar um marido e ter sua prole para assim legitimar sua existência e corresponder as perspectivas de sua família, muitas outras ansiavam por ter acesso aos estudos para que pudessem participar da esfera pública e assim possuírem um espaço de trabalho diferente do seu lar. A sua autonomia seria alcançada a partir do seu emprego e esse só seria possível a partir de uma formação acadêmica e a academia era quase que de exclusividade masculina.

A sociedade não estava preparada para dar o espaço preciso às mulheres escritoras, digo isso porque grande parte daquelas que possuíam escolaridade e meios para ingressarem no mundo literário não obtinham, pois, seus escritos não correspondiam as “necessidades” da época; além disso, a grande maioria que tinha meios para desempenhar tal função acabava por deixar de lado para dedicar-se a seus filhos e a educação deles. Como poderiam deixar a sua família de lado para dar ênfase ao trabalho e estudos? Essa não seria uma opção considerada adequada para o ser mulher no século XIX.

As mulheres estavam expostas a uma relação de alteridade muito forte em que não bastava estar presente nesse tipo de relação, mas que era preciso tomar uma atitude para que mudanças comessem a acontecer. As alterações do cenário durante o século XIX marcaram uma significativa mudança no quadro das relações de poder, embora as mulheres pertencessem a um lugar de observadora, muitas começaram a reivindicar seu lugar de fala. Não era aconselhado as mulheres participarem da política, pois,

O século XIX não via com bons olhos mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras. As interpretações literárias das ações das mulheres armadas, em geral, denunciam a incapacidade feminina para a luta, física ou mental, donde concluem que as mulheres são incapazes para a política, ou que esse tipo de ideia é apenas diversão passageira de meninas teimosas que querem sobressair (TELLES, 2004, s/p).

Aquelas que buscavam atuar nos cargos públicos, eram vistas como rebeldes ou porque queriam chamar atenção, nunca era por interesse próprio, mas a fim de provação para outrem. É importante observar que esse papel era desempenhado por mulheres que

faziam parte da elite, ou seja, que possuíam uma formação superior e tempo para assimilar sua vida pessoal e pública. Já a carreira da escrita para as mulheres brasileiras foi muito difícil e longa e só foi possível a partir da necessidade de compreender a sociedade através das ciências sociais. Quando passamos a considerar a população feminina nordestina brasileira, mais precisamente do sertão a incidência de mulheres que participavam da esfera pública a partir da política ou da escrita era ainda mais escassa devido as formas de dominação presentes desde a conquista do território Paraibano.

Com o modelo de colonização adotado no Nordeste brasileiro foi possível notar uma parcela considerável da população masculina em decorrência das capitanias hereditárias e a estratificação social presente no período. Devido o contexto social evidenciado, era preciso a mão de obra masculina para cuidar dos assuntos que envolviam as terras e suas distribuições. Não que esse tipo de trabalho não possa ser desempenhado por mulheres, mas essa possibilidade era muito rejeitada na época.

É certo que no início da conquista e desbravamento dos sertões, final do século XVII, a população da região era marcada significativamente pela presença masculina. Cem anos depois, quando foi criada a capitania de São José do Piauí, em 1758, e com a chegada de muitos casais do norte de Portugal e açorianos, a participação feminina no conjunto da população foi aumentando significativamente (FALLEI, 2004, s/p).

Era muito comum durante esse período os senhores do café se relacionarem com as escravas, que primeiramente eram as escravas indígenas e após a incidência de escravos vindos do Continente Africano, passaram a manter relações com as escravas negras. A miscigenação desse período aumentou em uma proporção muito significativa devido as alforrias e casamentos inter-raciais, elevando consideravelmente a população e conseqüentemente o número de mulheres.

Com o aumento da população no Nordeste, as relações inter-raciais aumentaram significativamente, pois como já era de costume os grandes senhores se relacionavam com suas escravas e posteriormente com as domésticas ou trabalhadoras das suas terras e com grande parte dessa população sendo fruto de relações fora do casamento, quando se tratava dos filhos do sexo masculino passaria a trabalhar na fazenda cuidando do local ou era mandado para estudar nas capitais a fim de conseguir um diploma de ensino superior “irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia,

geografia e francês, [...]” (FALEI, 2004, s/p). Diferentemente das mulheres, que se dedicavam as atividades domésticas, a costura, pintura e outros serviços artesanais, mesmo se tratando de mulheres que descendiam de famílias ricas elas não possuíam espaço para tratar de assuntos públicos ou mesmo se dedicar aos estudos,

No sertão nordestino do século XIX, a mulher de elite, mesmo com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política. Muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e, em geral, morreram nas fazendas de gado. Não estudaram as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por padres e não foram enviadas a São Luís para o curso médio, nem a Recife ou Bahia, como ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente aprenderam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ministrar aulas em casa. Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome (FALEI, 2004, s/p).

Portanto, é possível verificar que havia um tratamento específico para cada gênero e de acordo com sua classe social. Não eram bem-vistas aquelas que iam contra esses preceitos já que faziam parte do seu ser obedecer e ser a criatura, não a criadora. Servir de musa inspiradora, mas nunca estar do outro lado do plano e escrever sobre suas inspirações. Como viver em uma sociedade que silencia a sua fala, exclui os seus desejos e ilegítima o que era seu por direito? “Podemos imaginar as apreensões por que passaram essas mulheres quando não puderam exprimir-se por escrito e tiveram de depender de outros para fazer solicitações, negociar ou lutar por seus bens e de seus filhos por ocasião de processos de inventário” (FALEI, 2004, s/p).

As mulheres das camadas mais altas da sociedade possuíam mais acesso à educação devido suas condições financeiras e à instrução dos maridos. Casadas com homens possuidores de bens, participantes ativos da política e de assuntos públicos, estavam mais acostumadas a escutarem sobre autonomia, direitos e participação social. Mesmo assim, não era desejo que passassem de ouvintes, sendo ensinadas a viver em prol da família, acabavam por aceitar a submissão, já que era o considerado correto a ser feito diante da sua condição de esposa e mãe. Esse papel assumido pelas mulheres permeia toda a sociedade e literatura de época, mesmo com as transformações que aconteceram durante fins do século XIX.

Podemos evidenciar que durante um longo período, as mulheres da sociedade deviam sempre sair acompanhadas seja por seus companheiros, parentes ou escravos, pois

não era aceito que andassem sozinhas pelas ruas e caso isso acontecesse colocava toda a sua moralidade e a da família sob suspeita de prováveis escândalos. Com isso, a sociedade julgava moralmente aquelas que fossem contra e esse tipo de regra, colocando-as em situações de constrangimento e falsos testemunhos.

Aurélia era órfã; e tinha em sua companhia uma velha parenta, viúva, D. Firmina Mascarenhas, que sempre a acompanhava na sociedade. Mas essa parenta não passava de mãe de encomenda, para condescender com os escrúpulos da sociedade brasileira, que naquele tempo não tinha admitido ainda certa emancipação feminina. (ALENCAR, 1973, p.11).

Com isso, podemos ter uma breve noção do como era viver diante uma sociedade baseada no patriarcalismo. Entre as formas de submissão e dominação, o matrimônio era o que mais evidenciava esse modelo de sociedade, pois mesmo que as relações de dominação já acompanhassem a mulher do seu nascimento até sua morte, elas eram destinadas a passarem toda a sua vida a obedecer e agradar seus maridos.

Diferentemente das mulheres ricas, grande parte das mulheres pobres possuíam livre acesso ao trabalho, já que devido as suas condições financeiras precisavam de trabalhar para garantir o sustento da casa. Muitas passaram pela maternidade sozinhas após serem abandonadas por seus cônjuges ou mesmo partindo de relações com homens casados. Com isso, as formas de violências e dominação da mulher pobre além de partir do seu meio íntimo, com o abandono de sua família e parceiro, também decorria do seu ambiente de trabalho, as formas de exploração eram diversas desde ao trabalho que eram forçadas a se submeter como a inferioridade salarial.

De acordo com Rachel Soihet (2004), era grande a pressão que caía em cima das mulheres que faziam parte das camadas populares, pois, precisavam chefiar suas famílias e seguir com o comportamento familiar desejado que lhes garantisse a inserção na sociedade, “Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava.” (SOIHET, 2004, s/p).

Mesmo diante todas as dificuldades enfrentadas, o matrimônio ainda era um desejo que a maior parte da população feminina almejava. As “meninas moças” eram desde cedo orientadas a encontrarem um bom marido que possuísse bens e prestígio e com isso, passavam toda a sua vida se preparando para o casório, devido a isso muitas jovens foram educadas, principalmente pelas suas mães na maneira “correta” de se

comportar, o que fazer e o que não fazer para os seus futuros maridos, seguindo orientações para assim encontrarem um candidato a altura. Entre as atividades que eram ensinadas também havia orientações para a vaidade e cuidados com a beleza para assim satisfazer e chamar atenção do seu noivo, para mantê-lo apaixonado ou mesmo atrair a atenção dele, já que a maioria dos casamentos eram realizados devido a acordos comerciais e políticos, “O casamento da elite do sertão nordestino sempre foi antes de tudo um compromisso familiar, um acordo, mais do que um aceite entre esposos” (FALEI, 2004, s/p).

A mulher pobre não possuía condições financeiras para cuidar da sua aparência e o casamento não se baseava em acordos, pois não havia o jogo de interesses como o que faziam parte da elite, mesmo assim se esforçavam para agradar os olhos dos seus companheiros. Haja vista que os casamentos se baseavam principalmente devido a acordos, muitos dos homens possuíam outras mulheres fora do casamento, onde mantinham relações e, mesmo as mulheres sabendo do ocorrido, não podiam se separar para não serem julgadas perante a sociedade “Havia um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não violência física exclusivamente (surras, açoites), mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer” (FALEI, 2004, s/p). Normalmente, os homens manterem relações fora do casamento era visto como natural já que é considerado fazer parte da “natureza” do homem não se contentarem apenas com uma mulher, além disso grande parte acabava abandonando suas esposas mulheres em busca de outras mais jovens:

As mulheres jovens, sem status ou sem bens e que não haviam conseguido casamento numa terra de mercado matrimonial estreito, encontravam num homem mais velho, mesmo sendo casado, o amparo financeiro e social de que precisavam. Mesmo sendo a segunda ou terceira “esposa do senhor juiz”, o poder e o prestígio que advinham do seu cargo era partilhado pela mulher. Ser amásia ou cunhã de um homem importante implicava formas de sobressair-se junto à população e galgar algum status econômico, que ela não possuiria de outra forma. É certo que a sociedade exigia dela comportamentos adequados, comedidos, deveria ser “conhecedora de seu lugar”, bem distinto da posição social ocupada pela esposa legítima; porém, a mesma sociedade lhe dava, de volta, um certo respeito, principalmente se daquela união existissem filhos. (FALEI, 2004, s/p).

Diante disso, é possível compreender que muitos dos casamentos eram apenas acordos matrimoniais e eram movidos pelo status, mas como fica as mulheres esposas nessa situação? Grande parte das mulheres passava sua vida dedicando seu tempo a cuidar

da casa e da família, como já descrito, isso acaba desgastando seu físico fazendo-a a se tornar uma pessoa descuidada com sua aparência, “Muitas mulheres de 30 anos, presas no ambiente doméstico, sem mais poderem passear - porque “lugar de mulher honesta é no lar”, perderam rapidamente os traços de beleza e deixaram-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram.” (FALEI, 2004, s/p). Isso não significa que todas que se descuidavam por estarem cansadas com as atividades do lar e desgaste do casamento, mas grande parte sim. Com isso, além da culpa por não ter aproveitado “melhor” a vida ainda tinha que lidar com as traições e comentários acerca sua aparência.

Seria ainda responsabilidade da mulher se manter atraente e bonita para conseguir atenção desejada do marido e assegurar o casamento? Pois bem, era o seu dever estar sempre apresentável e disponível para seu companheiro, além de cumprir com as obrigações do lar e aprender atividades de artesanato, então podemos imaginar o quanto era difícil conciliar todas essas eventuais situações com uma carreira profissional.

1.1 A prática da escrita feminina

Diante a historiografia brasileira, é possível perceber que os arquétipos femininos estavam voltados ao conservadorismo, pautado pela normalização dos padrões da elite, as mulheres que iam contra ou se posicionavam a respeito desses padrões tidos como naturais implicavam com a normalidade da esfera em que se encontravam. Apesar de não conseguirmos descrever a realidade social das mulheres que viviam durante o período estudado, buscamos ficar atenta as particularidades existentes nos estudos sobre o tema trabalho e assim, tentar compreender as caracterizações sociais sobre os acontecimentos de forma sistemática.

O território brasileiro por ser vasto em sua diversidade cultural e racial contribuiu para grandes divergências relacionadas aos padrões de comportamento decorrentes das diferentes etnias e normas de conduta, com isso surge a necessidade das lutas das mulheres contra esses padrões impostos, onde o ser feminino se torna símbolo de inferioridade, buscando-se assim autonomia e emancipação nas esferas públicas e privadas.

O ser mulher implica na necessidade de seguir padrões, mas quais seriam esses padrões no século XIX? A vida privada sempre foi mais dedicada a figura feminina, pois esse espaço era o mais apropriado para serem desenvolvidas suas atividades e falas. Não

podemos falar do trabalho das mulheres sem evidenciar sua participação na esfera privada, no caso o espaço do seu lar, onde passava a maior parte de sua vida.

Ao passar tanto tempo dedicando as suas tarefas do dia a dia, muitas mulheres acabavam por apenas ocupar seu tempo a essas obrigações a fim de assegurar o bem-estar de sua casa, mas grande parte dessa população feminina além de cumprir com suas atividades domésticas também se dedicavam à escrita. Diários, cartas, cadernos de receitas eram utilizados por muitas mulheres a fim delas evidenciem seu dia a dia, falarem sobre seus anseios, suas paixões, descobertas ou mesmos segredos das quais mantinham escondidos dos seus maridos.

Muitas acabavam por iniciar seus escritos na sua adolescência, onde descreviam todas as suas atividades e suas afeições com possíveis maridos e após o casamento mantinham esses diários em segredo para que seus companheiros não tivessem o conhecimento dos seus pensamentos mais íntimos. É importante ressaltar que quem possuía esses diários ou outros tipos de cadernos de anotações eram aquelas que tiveram a oportunidade de estudar e se alfabetizar, isso porque grande parte da população feminina que não fazia parte da elite não sabia ler e conseqüentemente não deixaram nenhum relato escrito.

Assim, o caderno marrom tornava-se o centro de uma meada cada vez mais apertada e, no fim das contas, infinita. Através de arquivos públicos e privados, monumentos e museus, casas e cemitérios, e até mesmo alguns testemunhos orais mais frágeis, aparecia toda uma arqueologia familiar que bastava procurar para descobrir. Evidentemente, as famílias notáveis, sobretudo graças às suas mulheres "de lazer", deixam mais traços do que outras. Traços em que se inscrevem até seus segredos. (PERROT, 2005, p. 92).

O diário torna-se indispensável para as mulheres do século XIX, pois servia como um exercício para evidenciar o seu dia a dia, relatar os gastos mensais e a fazer lista de compras. Esse hábito deixava as mulheres mais envolvidas com as práticas cotidianas, pois assim possuíam mais conteúdo para o seu diário. Paralelo ao costume de relatar suas práticas "diaristas", o diário era um confidente, um ambiente seguro para aquelas que se sentiam presas em seus próprios lares, ou aprisionadas aos seus companheiros, no fim do seu dia buscavam um suspiro de alívio em meio a todo o recluso espaço em que se encontrava para desabafar suas angústias e traçar metas talvez inalcançáveis servindo como esperança e acalento para a alma.

O conteúdo do diário, na maioria das vezes, era mantido em segredo e muitos deles morreram juntos com suas donas, pois grande parte dos escritos desse período foram perdidos causados pela destruição dos seus próprios autores como afirma PERROT (2005), “Quanto papel queimado na noite de uma vida, para preservar esta parte de segredo que está no centro de toda existência!” (p. 97). Sendo uma das atividades mais utilizadas a fins de conteúdo escrito pelas mulheres desse período, é importante nos atentarmos ao fato de que essa atividade não fazia parte do cotidiano de toda elas, como já citado, grande parcela da população era analfabeta e havia aquelas que não podiam relatar seu cotidiano pois não possuíam tempo para ele. Ao fim do dia, estavam cobertas de exaustão dos trabalhos designados a elas. Todas elas se dedicavam ao trabalho em seu lar, mas devido as diferenças de classes sociais, havia distinção relacionado ao tempo empregado para cada serviço e como esses eram desempenhados.

As mulheres pobres dedicavam mais tempo ao trabalho doméstico e a educação dos filhos, além de ajudar os seus maridos no que fosse necessário, já as que faziam parte da elite paraibana costumavam não se envolver com o trabalho dos seus respectivos esposos, mas costumavam a acompanhar as suas empregadas no trabalho doméstico e se dedicavam mais a educação dos seus filhos, portanto restava mais tempo para cuidar dos seus assuntos particulares.

As descrições, ambições e traições serviram de base para se construir um instrumento novo voltado para a autonomia da mulher do século XIX, a vontade de pertencer a um mundo em que não possuíam espaço aumentava a cada passo que novas descobertas se revelavam, um mundo em que as tecnologias foram crescendo e se aperfeiçoando traziam uma esperança de que sua fala também fosse evidenciada.

O desejo por autonomia fez as mulheres chegarem em lugares inimagináveis e provaram sua competência independente do cargo. A escrita foi uma semente que germinou e deu frutos, dos quais muitas mulheres utilizaram destes para deixar um legado para as futuras gerações, deixando um trajeto no qual o caminho foi se alargando e se tornando mais acessível para a passagem feminina, não apenas no âmbito profissional, mas também no lado pessoal.

Os trabalhos das mulheres eram principalmente voltados ao lar, mas não necessariamente apenas a esse, dentro do contexto social as mulheres tiveram grande participação no âmbito do trabalho fabril, também como parteiras, enfermeiras, costureiras, entre outros, portanto sabemos que muito antes do trabalho acadêmico, as mulheres participavam ativamente de trabalhos diversos, mas havendo distinções de

espaço e restrições devido ao gênero. Contudo, aqui iremos tratar do trabalho acadêmico, àquelas que se dedicaram à carreira na academia como professoras. Para que cheguemos a esse ponto, é importante ressaltar como foi o processo de inserção feminina no espaço acadêmico e esse foi, principalmente, por meio da escrita. “Nesse período, a opressão feminina era evidente demais para ser ignorada. O mesmo se dava com as tentativas de emancipação da mulher, ainda que limitadas à elite intelectual, por influência do feminismo que nascia em âmbito internacional.” (LOPES, 2011, p. 137).

A inserção das mulheres na literatura foi de suma importância para o desenvolvimento acadêmico feminino, pois serviu como ponto de partida para que pudessem se interessar pela escrita e assim buscar um espaço nas academias. Os jornais foram grandes aliados a esse processo isso porque durante o século XIX foi no âmbito jornalístico, nos folhetins dos jornais que as mulheres começaram a evidenciar seus escritos, tendo um pequeno espaço em páginas de jornais, mas que servira de grande incentivo para tantas outras que buscavam ter participação nesse meio,

Em um segundo momento, as mulheres passaram a ter maior participação social em função do maior acesso à educação, fator importante nesse processo de autonomização. Porém, quando elas passaram a atuar como professoras foram apontadas como educadoras naturais, mais uma vez na tentativa de associá-las à esfera da natureza, desmerecendo suas qualificações técnicas e individuais, procurando como isso desqualificá-las ao mundo do trabalho. Essa naturalização dos dotes femininos passava por uma imagem que ia, paulatinamente, sendo transformada ao longo dos anos. Assim, quando a *Gazeta da Parahyba*, no dia 31 de julho de 1888, publicava uma matéria intitulada “A mulher e a Imprensa”, propagava o papel cada vez mais relevante da mulher na sociedade. (BEZERRIL, 2013, p. 55).

Diante dessa perspectiva, vemos que o jornal traz uma visibilidade maior para o trabalho profissional feminino, com base no ideal que elas estavam aptas a participarem da vida pública a partir do campo político, que era o tema que mais se tratava nos jornais.

Partindo de um trabalho político, o trabalho nos jornais não era tido como adequado para as mulheres que viviam no século XIX, isso devido as regras de padrão e todo o estereótipo relacionado a elas, que dedicavam suas vidas ao trabalho fora do lar, com base nesse pressuposto, os jornais passaram a desempenhar um papel ainda mais relevante para que as mulheres ganhassem mais notoriedade no seu espaço de trabalho pois:

Os preceitos morais que vingavam na época acerca do que seria a “boa” mulher, a mulher exemplar, eles serviam de contraponto ao que os jornais apresentavam enquanto instrumentos “reguladores” da moral pública. Apesar da imprensa pregar uma postura recatada às mulheres, entendido no recato, neste caso, principalmente como reclusão doméstica, também destacaram um número cada vez maior daquelas que iam a público desempenhar atividades profissionais, mesmo que a contragosto da sociedade, ainda marcada pelas tradições patriarcais. Assim, os jornais insistiam em construir uma imagem feminina retratando a mulher como pura e delicada, todavia, este discurso vai mudando, percebendo-se não ser mais esta uma posição hegemônica. (BEZERRIL, 2013, p. 58).

Nesse sentido, a ampliação do trabalho feminino passou a ser levado em conta de uma forma mais naturalizada, deixando de lado as influências patriarcais em que o século XIX e anteriores foram excessivamente marcados. Em contrapartida, os jornais não postavam muitas matérias que fossem de autoria das mulheres, mas abriam mais espaço para falar sobre suas vidas pessoais como a respeito do matrimônio ou de seu falecimento,

Esses eram os dois momentos em que os jornais se referiam aos feitos das mulheres com entusiasmo. Fosse por terem contraído um bom casamento com um senhor ilustre da sociedade, fosse por anunciar a morte de uma senhora que cumpriu adequadamente sua função de mãe e esposa, deixando para a sociedade muitos filhos e netos, assim apresentam-se as notas de casamento, que elogiam a elegância e o luxo dispensados nos matrimônios dos ilustres da província. (BEZERRIL, 2013, p. 60).

Com isso, percebemos que mesmo se tratando de um emprego que abriu um leque de oportunidades para a vida das mulheres, ele ainda possuía fortes raízes machistas, a partir das quais se evocava a vida íntima de muitas mulheres como forma de entretenimento. Essas matérias, que saíam nos jornais relatando detalhes da vida de variadas mulheres, eram as que mais chamavam atenção das pessoas, pois adentravam no íntimo dessas mulheres, relatando primeiramente o seu matrimônio fazendo questão de evidenciar os nomes dos envolvidos, e claro, o fim da sua vida também descrevendo sua trajetória, de preferência daquelas mulheres que faziam parte de famílias que possuísem prestígio ou bens.

Diante de um espaço masculino, que por ventura acabava por noticiar matérias que chamassem atenção do público também masculino, os jornais tiveram um papel de grande significância para as professoras que estavam iniciando nesse meio público, no espaço das salas de aulas, nos campos acadêmicos e precisavam de uma postura mais profissional para se destacar em locais repletos de olhares de indiferença e um ambiente hostilizado,

marcado pela ignorância e estereotipo relacionado ao trabalho feminino e como este deveria ser desempenhado, pois aquele não era um espaço que necessitava das mulheres, as escolas, as academias ou propriamente os jornais não tinham a necessidade de ter mulheres fazendo um trabalho que era já empregado por homens.

No final do século XIX, outras mulheres começavam a fazer parte dessa esfera, a exemplo das professoras, abrindo caminho para que passassem a ocupar, paulatinamente, maior espaço social e na vida pública, assumindo funções cívicas, diferentes, portanto, daquelas exclusivas da vida doméstica. Essa tendência marca o início de um longo processo de mudança, que se intensifica a partir da decadência da família patriarcal na segunda metade do século XIX, que levou a mulher a reivindicar e galgar espaços sociais mais destacados, que lhes permitissem reivindicar direitos e participação na vida econômica e também política, alterando os papéis tradicionais a elas até então relegados, resumidos à esfera privada da família. (BEZERRIL, 2013, p. 62).

Muitas mulheres iniciaram nos debates sobre direitos a partir da política abolicionista, que foi uma bandeira defendida por muitas mulheres, onde percebemos que ambos, os escravos e as mulheres, reivindicavam por um ideal em comum: a liberdade. Elas passaram a fazer parte da causa de abolição a fim, também, de ganhar espaço nos movimentos sociais e assim conseguirem futuramente ganhar seu lugar de fala e liberdade de expressão, como uma forma de se defender contra o sistema de desigualdades. A educação foi de grande significância nesse sentido, pois permitiu que as mulheres assumissem um papel de sair do campo de espectadora para começar a atuar na própria história, “Paulatinamente a educação se transformara em uma arma de denúncia contra a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres, que passaram a utilizar a imprensa como veículo de contestação da ordem pré-estabelecida.” (BEZERRIL, 2013, p. 92).

Quando falamos das mulheres que fizeram parte da educação no século XIX, estamos evidenciando uma parte da população feminina que possuía meios e acesso a esse campo de qualificação social, não eram todas as mulheres que possuíam essas oportunidades, longe disso, muitas não fizeram parte do lugar social acadêmico, pois não conseguiram devido sua classe social. Muitas mulheres pobres, principalmente, não obtinham condições financeiras e nem instrução para seguirem para outros campos de vida profissional. Cresceram em um ambiente em que foram ensinadas a lavar, passar e cozinhar e seguiam essas normas porque era o que precisavam para manter sua vida como dona de casa e doméstica.

Não foram todas que se contentaram com a sua condição, mas apenas uma pequena parcela conseguiu buscar novas carreiras para atuar ou mesmo ter acesso à educação, como não seguiam tantas normas, comparadas às mulheres de camadas sociais mais altas, elas aproveitavam que possuíam “mais” liberdade para desempenhar tarefas mais relevantes, no caso, o sustento da família e manter a ordem em seu lar, já que não possuíam terceiros para desempenhar dadas tarefas,

As atividades das mulheres populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar “mais solto”, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões. (SOIHET, 2005, s/p).

Com isso, é inevitável perceber que as formas de ver a vida das mulheres pobres eram um tanto diferentes daquelas que faziam parte de classes mais altas, isso porque as relações e trabalhos condiziam com a realidade que cada uma fazia parte. A respeito do seu comportamento, também havia distinções, pois, como citado anteriormente, a maioria das mulheres pobres pertenciam a um ambiente em que possuíam mais liberdade de falar e se portar, isso não significa dizer que era bom para elas, mas era o que ia de acordo com seu espaço. Grande parte das mulheres de camadas sociais mais baixas não eram respeitadas e eram tidas como indecentes ou inapropriadas. Portanto, estavam mais suscetíveis a violências morais e físicas, como o caso da exploração sexual,

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto. (SOIHET, 2005, s/p).

Como as mulheres pobres não faziam parte do círculo de interesses da elite, possuíam mais resistência se tratando da submissão dos maridos. Como os homens pobres não possuíam condições suficientes para exercer um papel dominante na sociedade, ou seja, no espaço público, devido suas condições financeiras, eles muitas vezes optavam pela violência para conseguirem tomar as rédeas da relação na sua vida privada. Mas, diferentemente das mulheres ricas, a figura da mulher pobre já era marcada como símbolo de impulsividade e resistência e com isso muitas delas não aceitavam caladas as

violências físicas e psicológicas causadas por seus companheiros, como afirma SOIHET, 2005 “Ao contrário do usual, muitas populares vítimas da violência rebelaram-se contra os maus-tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas;” (s/p).

A autoridade que as mulheres pobres possuíam em suas casas eram convenientes com os modos em que viviam, a maior parte da população feminina pobre tinha que arcar com a responsabilidade de trabalhar para garantir o sustento da sua casa e cuidar dos seus filhos, lhe garantindo um maior direito de fala no que se refere a submissão dos seus maridos,

A autonomia das mulheres pobres no Brasil da virada do século é um dado indiscutível. Vivendo precariamente, mais como autônomas do que como assalariadas, improvisavam continuamente suas fontes de subsistência. Tinham, porém, naquele momento, maior possibilidade que os homens de venderem seus serviços: lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados. Explica-se, assim, a significação que emprestavam ao trabalho. Em São Paulo, por exemplo, em meio à tradicional ausência masculina, as mulheres pobres lutavam pela sobrevivência submetendo-se a atividades mal vistas pelos poderosos, como o artesanato caseiro e o comércio ambulante que na concepção daqueles só sujavam e enfeivavam a cidade. Mães solteiras e concubinas eram, igualmente, alvos do preconceito por estarem à margem do esquema de organização familiar burguês, concebido como universal. (SOIHET, 2005, s/p).

Compreendemos que havia distinções quanto ao trabalho das mulheres de acordo com suas classes sociais e que, por mais que houvesse indícios de autonomia feminina por parte da camada menos beneficiadas, ainda assim, havia outras formas de dominância onde o alvo na maior parte das vezes recaía sob a mulher.

Por mais que muitas mulheres ricas tivessem mais oportunidades para participar da vida pública, em comparação com a população feminina pobre, essa parcela que fazia parte de classes sociais mais altas, tinha uma reputação a zelar, por isso se preocupava com a imagem que iria passar para os demais e como iria reagir a qualquer escândalo que acontecesse dentro do seu círculo familiar. Com isso, muitas não ousavam desobedecer aos seus maridos e muito menos se envolver em assuntos nos quais não tinham familiaridade, lembrando que, por mais que as intenções de algumas fossem “apenas” de conseguir estudar ou mesmo trabalhar em um ambiente diferente do seu convívio. Não era considerado natural mulheres da sociedade fazerem parte desses ambientes, pois

poderiam passar uma impressão na qual o homem da casa, ou seja, a figura de maior autonomia não estava dando conta de manter as suas relações pessoais de forma certa, podendo interferir também no seu trabalho e vida pública. Com isso, ao analisarmos aquelas que tiveram acesso e oportunidade de ingressar na esfera pública, vemos que a sua inserção dentro desse campo foi muito difícil devido a exclusão que sofriam,

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. (TELLES, 2004, s/p).

Não era dever da mulher trabalhar em um ambiente público que tivesse a participação de outros lhe dando instruções e a modificando conforme fosse apresentada a novas experiências e perspectivas, esse ambiente não a mudava apenas no seu interior, mas refletiria também externamente como podemos perceber as alterações ocorridas ao longo dos anos, nos modos, vestimentas e comportamento. Isso não significa que as mulheres seriam persuadidas a mudar toda a sua vida para se encaixar no seu trabalho ou no meio acadêmico, mas que devido ao acesso à informação passaram a questionar suas escolhas e o círculo social na qual estavam inseridas.

CAPITULO II

DA CASA PARA A RUA: EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES A PARTIR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Tendo em vista que o patriarcalismo brasileiro foi marcado e perpetuado a partir do Período Colonial, precisamos evidenciar alguns comportamentos que decorrem desse modelo de sociedade. A colonização no Brasil efetivou grandes mudanças para o território que hoje chamamos Brasil. Mudanças estas que, na maior parte, não foram positivas, já que as formas de exploração, escravidão e conflitos causaram destruição e desequilíbrio no cenário social do país.

A exploração do território brasileiro, como sabemos, se inicia pela força de mão de obra, na qual os povos originários e, posteriormente, negros africanos foram escravizados e com isso se iniciaram uma série de desdobramentos dentro da história do Brasil. Mas o que isso tem a ver como a emancipação das mulheres? Pois bem, as mulheres sempre tiveram um papel secundário em comparação com a história dos homens, desde a colonização, que muitas foram vítimas de violências sexual, física e moral e mesmo suportando todas as formas de exploração e violência que presenciaram, ainda assim eram consideradas inferiores aos homens, isso porque na maioria das vezes eram vistas como frágeis e dependentes de uma figura masculina e essa imagem é marcada e reforçada por diversas gerações.

A partir do século XIX, surgiram novas ideologias acerca da participação feminina no meio social, de acordo com a situação em que as mulheres se encontravam e no lugar em que estavam inseridas. Até metade do século XIX, a sociedade, quase de forma geral via as mulheres de forma inferior e, portanto, o espaço da vida pública e política era dedicado a exclusividade masculina.

Ao analisarmos a segunda metade do século XIX, observamos um avanço no que se refere ao espaço das mulheres e aos estudos acerca da sua existência e experiências. Os movimentos chamados “sufragistas” começaram a ganhar força durante esse período como afirma Celi Pinto (2003, p.10), na qual a autora elenca dentro do movimento feminista brasileiro dois momentos importantes, o primeiro que se inicia no final do século XIX e vai até aproximadamente a 1932 e o segundo chamado “feminismo” que se inicia a partir de 1968. Lembrando que o movimento sufragista tinha raízes no

conservadorismo e que as mulheres que participavam em sua maioria faziam parte da elite e eram mulheres brancas e livres. A partir desse movimento, buscavam maior participação política e cidadania. Portanto, de certa forma, não era um movimento social que abraçava toda a população feminina, mas somente uma parte que fazia parte da elite do período que tinha como interesse a conquista do voto, como é possível evidenciar na seguinte afirmação da autora Aurení Maria da Silva,

A partir desses apontamentos, é possível afirmar que esse grupo, bem como a luta impetrada por ele, foi considerado como "bem comportado", porque não interpelava a submissão da mulher pela classe patriarcal da época. O movimento almejava a inclusão das mulheres na cidadania, sem alterar as relações de gênero. Almejava-se, basicamente, o direito ao voto feminino, bem como o mesmo direito de ser votada. (SILVA, 2019, p. 34).

Contudo, esse feito foi de suma importância para que outras mulheres também pudessem fazer parte do meio público, mas isso não acontecera da noite para o dia, é claro que diante de uma sociedade patriarcal, as mudanças só ocorreram a partir da articulação e pressão das mulheres por direitos, tendo em vista que a grande parte delas era dependente financeiramente e emocionalmente dos seus esposos e isso também implicava na forma em que elas buscavam se introduzir na esfera pública.

O Brasil do século XIX estava voltado a legitimação das regras de acordo com a diferenciação dos sexos. Era esperado um comportamento ideal das mulheres, a partir do qual, grande parte dessas tinham regras claras dentro dessa sociedade, o comprometimento com sua família e marido, respeitar e obedecer a aquilo que era ordenado e se manter neutra a assuntos públicos e políticos. Seu papel era de cuidadora além disso, de reprodutora, para que em seguida pudesse exercer sua função de mãe.

De acordo com historiadora Mary Del Priori (1993), o papel de dominação do marido na sociedade patriarcal, convergia de acordo com os preceitos da igreja católica, onde o homem é o centro da família que rege todo o conjunto que está ao seu redor, se tornando o cabeça da casa e senhor da sua mulher, ainda reforçando a doutrinação que é abordada através da igreja católica, também havia os preceitos que as mulheres deveriam ser a imagem e semelhança de Maria, mãe de Jesus, símbolo de pureza. Com isso, as mulheres tinham que obedecer a seus maridos e seguirem esse estereótipo de esposa fiel, recolhidas e submissas, seguindo apenas os comandos do seu marido e vivendo de forma a agradá-lo sob todas as circunstâncias.

Outra característica que vale ressaltar, diz respeito de como era transmitida a imagem das mulheres, já que alguns historiadores relatam que as condições que implicavam as mulheres estarem em um espaço social diferente dos homens era devido as diferenciações do trabalho de acordo com o sexo. Com isso, se percebe que a naturalização de alguns trabalhos se funde a partir das diferenças entre os sexos, já que de acordo com Durkheim (1999), ao longo da evolução do trabalho as mulheres antes seguiam fazendo o mesmo trabalho que os homens, posteriormente, os homens passaram a dominar novas áreas de estudos e se voltaram para o campo das ciências e racionalidade, se fazendo presentes nos campos filosóficos e sociais e com isso o trabalho doméstico passou a ser desempenhado de forma mais natural pela população feminina,

Ao ver, em certas classes, as mulheres ocuparem-se como os homens da arte e da literatura, poder-se-ia crer, é verdade, que as ocupações dos dois sexos tendem a tornar-se homogêneas. Mas mesmo nesta esfera de ação a mulher aplica a sua natureza própria, e o seu papel permanece muito especial, muito diferente do homem. Além disso, se a arte e as letras começam a tornar-se coisas femininas, o outro sexo parece abandoná-las para se entregar mais especialmente à ciência (DURKHEIM, 1999, p. 26).

Essa concepção de divisão sexual do trabalho é uma perspectiva *durkheimiana* baseada no determinismo entre as condições sociais e sexuais, partindo do pressuposto de que, a partir do momento que o casamento passou a se desenvolver de uma maneira contratual, as mulheres passaram a abandonar os trabalhos mais pesados para se dedicar aos trabalhos em sua casa e cuidar da sua família.

Dessa maneira, vemos que a ideia de distinção de áreas de trabalho ou mesmo dos lugares em que as mulheres devem e podem pertencer, transitam há muito tempo no campo historiográfico e atingem diálogos que tanto reforçaram o conceito de patriarcalismo como também serviram de base para novas ideologias e estudos acerca do tema. Diante disso, encontramos autores que se preocuparam também em trazer novas perspectivas acerca a participação das mulheres no âmbito do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) afirmam que a “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”, podemos dizer que foi necessária à divisão do trabalho para que assim se mantivessem as relações sociais e também individuais para que não atrapalhassem a legitimação do homem como o símbolo de superioridade da família, fazendo parte do papel produtivo da sociedade através das funções de maior valor

atribuído na esfera social e as mulheres pertencendo à esfera reprodutiva, no que diz respeito à maternidade e aos cuidados essenciais a sua família.

De toda forma, mesmo diante de novas ideologias acerca da “divisão sexual do trabalho”, vemos que esse cenário passou por significativas mudanças referentes à situação em que homens e mulheres empregam nesse espaço; ainda assim, no mundo contemporâneo, ainda é percebida a distinção entre gêneros e continua existindo distinções de trabalho decorrentes da divisão sexual, como exemplo: grande parte das mulheres continuam por ocupar profissões ditas femininas com salários inferiores e sendo submetidas à diversas formas de exploração e desvalorização profissional.

A distinção do trabalho a partir dos gêneros nos sugere a ideia de que homens e mulheres escolheram em qual área deveriam atuar de acordo com suas necessidades e desejos, de fato grande parte da população masculina sempre pode fazer isso de acordo com suas condições e a partir do meio social que se encontrava, não generalizando, pois, uma grande parcela de homens também não tivera esse direito de escolha, justamente devido as suas condições sociais.

Com isso, vemos que as forças de trabalho passaram a mudar com o surgimento da sociedade industrial e que a partir do trabalho nas fábricas diversas alterações foram provocadas no setor trabalhista. Essas mudanças implicaram nas normas de trabalho, onde parte das mulheres pobres passou a ser empregada nas fábricas para complementar a renda familiar e também porque o trabalho feminino era menos valorizado, facilitando a vida dos patrões já que assim poderiam garantir mais pessoas trabalhando e pagando um valor inferior ao que já era acostumado.

[...] com diferentes consequências, tanto o movimento operário quanto os patrões reforçavam o papel doméstico da mulher trabalhadora - não obstante várias evidências de que o trabalho assalariado feminino era absolutamente indispensável para a sobrevivência familiar operária, assim como o trabalho infantil; por menor que fossem seus salários, compunham o orçamento doméstico, eternamente comprimido pelo baixo nível geral dos salários. As mulheres eram impelidas a trabalharem nas fábricas pela necessidade econômica da família operária, mas maridos e patrões consideravam tal trabalho como provisório e delas exigiam também a consecução das tarefas domésticas, de forma que a dupla jornada de trabalho formava o espaço de suas vidas de modo compulsório. Nesse sentido, família era a mediação necessária que compunha a vivência das mulheres trabalhadoras como gênero e classe. (PAOLI, 1994, p. 20).

Nessa perspectiva, é possível evidenciarmos o malabarismo que era feito pelas mulheres para garantir a sua sobrevivência e o bem-estar da sua casa, desempenhando trabalhos exaustivos em ambientes insalubres e perigosos. Os seus parceiros igualmente estavam dispostos a desempenhar qualquer tipo de trabalho para garantir o sustento do lar, só que diferentemente, na maioria das vezes sua mão de obra era mais bem remunerada e não expostos a tantas formas de exploração em comparação ao trabalho das mulheres.

Tendo em vista a inserção de uma grande parte das mulheres no âmbito do trabalho a partir da expansão industrial, é possível analisarmos como de forma gradativa aconteceu suas lutas a fim de conseguirem trabalhar em um ambiente que lhes favorecesse, primeiro possibilitando a inserção e, a partir de lutas futuras, oferecendo os direitos necessários e acabar com as explorações vivenciadas por elas. Nesse cenário, a partir da segunda metade do século XIX, as mulheres começaram a procurar mais espaço na educação, para que assim conseguissem ser vistas com mais seriedade no espaço público.

No Brasil e em outros países do mundo, uma parcela das mulheres começou a se empenhar e organizar grupos de reivindicação para terem acesso à educação e assim conseguirem partilhar de outros meios sociais que até então se encontravam excluídas. As mulheres que estavam envolvidas nessas lutas, passaram a utilizar das mídias a seu favor, principalmente através dos jornais, iniciaram uma série de discussões e denúncias acerca do tratamento que elas costumavam receber devido a ignorância que as cercavam.

De acordo com Celi Pinto (2003), uma das primeiras mulheres a iniciar denúncias através da mídia e lutar pela educação feminina brasileira foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, ela era educadora, escritora e poetisa, nascida em 12 de outubro de 1810, em Papari, Rio Grande do Norte. Filha do português Dionísio Gonçalves Pinto com uma brasileira, Antônia Clara Freire, foi batizada como Dionísia Gonçalves Pinto, mas ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nísia usou de um nome falso para fazer publicações nos jornais fugindo da estética da escrita feminina voltada a moda, beleza e culinária que era o de costume ser relatado por autoras e autores do período, com isso percebemos uma inquietação partindo do universo das mulheres até então não evidenciada, passando a ser de interesse da população feminina: “existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas.” (PINTO, 2003, p. 33).

No fim do século XIX, uma grande parte das mulheres passou a reivindicar por espaço dentro do campo educacional e com isso de acordo com a autora Aurení (2016) foram sendo criadas escolas nas capitais designadas ao ensino das mulheres, que por sua vez, era diferenciado do ensino dos homens, “nas aulas, as moças recebiam incentivos para desenvolverem habilidades domésticas, como: domínio com a agulha, culinária, bordados, rendas, comando das criadas, ou seja, o domínio da casa, em geral.” (SILVA, 2016, p. 38). Diferentemente do ensino dos homens, que era voltado à intelectualidade, era preferencialmente ensinado as mulheres a cuidarem do interior dos seus lares para que fossem aptas ao lugar que era designado a elas.

Contudo, o esperado era justamente que aceitassem as novas normas da sociedade já que muitas conseguiram ingressar nas escolas e universidades, uma coisa já de grande tamanho em comparação ao que eram acostumadas a vivenciar. Muitas mulheres acabaram se submetendo a aceitar a normalidade do que lhe era ensinado enquanto outra parte viu como uma oportunidade para conseguir chegar mais longe.

O padrão da sociedade brasileira do século XIX e início do século XX era pautado na esfera privada constituída pelo padrão de família pré-estabelecido pelos colonizadores europeus, onde o modelo perfeito de família era onde a mulher se encontrava na condição de mãe e dona do lar e do marido como responsável pela renda e assuntos públicos, pois bem provavelmente, se fossem questionados sob a postura das mulheres que não seguiam esses moldes, os homens elencavam uma série de opiniões contrárias a essa postura, já que estavam acostumados com a ideia da família tradicional conservadora, onde suas esposas não buscavam e também não teriam tempo para desempenhar outras funções que não fossem a do seu lar e relacionadas aos cuidados da família. Contudo, também havia aqueles que apoiavam a escolha das suas esposas em participar desses espaços, ou mesmo foram forçados a aceitar, pois era o mais sensato afim de evitar um conflito maior.

A modernidade trazia uma luz para as mulheres que estavam a frente do seu tempo. Muitas começaram a participar de rebeliões e reivindicações trabalhistas que eram muito comuns durante o período de fins do século XIX e início do século XX.

A invasão do cenário urbano pelas mulheres (...) não traduz um abrandamento das exigências morais (...). Ao ponto contrário quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do

marido externando pelas longas horas de trabalho. (RAGO, 1997, p. 63 citada por Maia, 2011 p. 95).

A urbanização das cidades e aumento de emprego nos centros possibilitou que muitas mulheres que faziam parte da elite que começassem a sair nas ruas para visitarem teatros e lojas, contribuindo para a emancipação das mesmas e já nessa altura como afirma a autora Aurení (2016) “já era possível contemplar os benefícios da educação feminina, não só a literatura era praticada junto ao cesto de costura das senhoras, mas também jornais e revistas se misturavam com as linhas e as agulhas”.

Referindo-se à educação das mulheres, aqui já era possível ver uma parcela de mulheres que faziam parte do âmbito educacional e através desse passaram a participar também das mídias usando pseudônimos para terem privacidades quanto a suas vidas, já que muitas publicações eram justamente julgando o sistema patriarcal e as formas de dominação que existiam durante o período. A fim de proteger sua imagem muitas mulheres que faziam postagem em jornais escondiam sua identidade para que não fossem julgadas na sociedade.

Com a expansão industrial e a modernidade batendo à porta, as mulheres vislumbram a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho do País. Desde sempre, por ser tratada como objeto, o "sexo frágil", veio a necessidade de lutar para alcançar a igualdade e a justiça social. Na verdade, as mulheres nunca se calaram. Mesmo não sendo, efetivamente, ouvidas, foram atrás dos direitos e jamais se deixaram abater diante dos obstáculos impostos pela sociedade. (SILVA, 2016, p. 42).

O avanço industrial significou uma mudança considerável nos moldes da sociedade do século XIX, as novas configurações da cidade trouxeram para os centros urbanos mais liberdade de circulação e novas formas de trabalho e educação. Visto que, com as mudanças no cenário de trabalho também houve modificações nos comportamentos, principalmente no caso das mulheres. Uma vez que as mulheres conseguiram ganhar um pouco mais de espaço no âmbito público e político, passaram a buscar cada vez mais participar dos assuntos sociais do período, como exemplo da luta em prol de melhorias das condições de trabalhos dentro das indústrias, por reajuste nos salários e combater a exploração relativa ao sexo, isso levou as mulheres a outras pautas como as reivindicações a favor de mudanças no setor industrial e como consequência conquistar os direitos necessários no setor trabalhista.

As mulheres que passaram a reivindicar pelos movimentos sociais em prol de melhorias para suas vidas e, conseqüentemente, para as futuras gerações, acabaram por encontrar em uma insatisfação uma nova forma de ver e viver em sociedade, trazendo consigo o anseio de melhorias e assim encontraram uma forma de incomodar a “ordem” social pré-estabelecida.

A figura feminina estereotipada está atrelada a uma conjectura tácita acerca do comportamento das mulheres. Já a estereotípi masculina marca mais os sujeitos pela capacidade de autonomia do que pela categoria em si. Então, os papéis atribuídos a cada sexo se tornam o pilar da construção do gênero, na qual é possível entrever a submissão das mulheres. (SILVA, 2016, p. 45).

Ao nos depararmos a uma realidade que não está de acordo com as normas esperadas socialmente, acabamos por desprezar ou mesmo repreender os comportamentos até então não interpretados. O incômodo que as mulheres despertaram na sociedade devido sua posição de enfrentamento e luta em prol de uma sociedade mais justa despertaram o desejo de autonomia, principalmente no ambiente de trabalho. Muitas mulheres que conseguiram uma vida social de qualidade, passaram a lutar em nome daquelas que não tinham acesso à educação ou mesmo não podiam participar desses espaços em decorrência das suas condições sociais, como Aurení Silva (2016) afirma, “Trata-se de um grupo formado basicamente com a mesma estrutura de outros surgidos anteriormente: mulheres intelectuais, brancas, professoras universitárias.

Não se viam muitas mulheres das camadas mais pobres aderindo aos grupos de luta feminista. Vale salientar que, assim como muitas mulheres pretas e pobres não tiveram oportunidade e preocupação de participar dos movimentos sufragistas, diversas mulheres brancas e pertencentes a elite também não tiveram sua participação nesse movimento pois, algumas não tinham a liberdade para fazerem parte do ambiente da política e movimentos sociais e outra parte delas não se interessavam pelo assunto e assim, continuaram no espaço privado do seu lar por escolha própria.

Podemos encontrar materiais que evidenciam a participação de mulheres negras e pobres na política e mais precisamente nos movimentos sufragistas, como afirma a socióloga e professora Najara Costa, “No entanto, é necessário afirmar que houve, sim, a participação de mulheres negras no movimento político pelo Sufrágio Brasileiro, embora tenhamos tido o apagamento sistemático dessas importantes vozes”, como é o caso da advogada brasileira Almerinda Ferreira que teve seu espaço de fala e grande importância

dentro do movimento sufragista, como uma mulher negra que abriu espaço para as mulheres negras ingressarem na política e participarem das lutas sociais, mas que segundo historiadores sua fala foi esquecida em comparação a outras mulheres desse período.

Dentro desse contexto, observamos uma figura que em contrapartida ao caso de Almerinda Faria, ficou muito reconhecida e exaltada, que foi a autora Bertha Lutz. De acordo com Aurení Silva (2016), ela teve a oportunidade de estudar em Paris e com isso tinha mais familiaridade com o tema sobre o movimento feminista brasileiro, com isso ela passou a utilizar seus estudos a fim de trazer suas contribuições para o movimento, Bertha Lutz passou a ser evidenciada nos jornais brasileiros em decorrência de sua participação no movimento feminista:

O dia de hoje marca, para a mulher brasileira a data histórica de um triunfo memorável: pela primeira vez vai ela exercer o direito do voto. Pela primeira vez, politicamente emancipada, vai a mulher colaborar com o homem na escolha de uma Assembleia Constituinte e, eleitora e elegível, pela primeira vez, vêm ela trazer o apoio, consciente e livre, de sua opinião, contribuindo ativa e abertamente na organização da vida política do país. (Jornal do Brazil, Rio de Janeiro, 3 de março de 1925).

A modernização do estado da Paraíba contribuiu para aumentar os pensamentos e questionamentos sobre a participação feminina nos espaços públicos, com isso as mudanças sociopolíticas que vinham acontecendo no fim do século XIX e começo do século XX abriu espaço para as mulheres fazerem cobranças por educação e direito ao trabalho. Dentro desse período, a imprensa já era bastante utilizada, eram comuns os artigos e revistas que faziam publicações, onde feministas abordavam sobre as manifestações sociais, organizações e reivindicações em busca de direitos, como exemplo a emancipação das mulheres.

A construção de escolas, sobretudo, no estado paraibano foi um pouco tardia, comparada a outros estados brasileiros, como afirma Aurení Silva (2016) “Na Paraíba também foi assim, em toda a sua construção histórica manteve as mesmas bases anteriores dos outros Estados, entretanto a sua implantação foi tardia em função dos condicionantes políticos locais” (p. 56). Com a ampliação do ensino e das escolas, foi possível obter uma maior participação feminina na educação, onde as mulheres procuravam estudar para assim até se prepararem melhor para o casamento a fim de educar e ensinar os seus filhos.

Eudésia Vieira e Anayde Beiriz, entre outras mulheres, viveram e estudaram nessa época, tendo concluído a sua preparação na Escola Normal da Paraíba. Conforme foi explanado anteriormente, esse estudo proporcionava às moças a saída da clausura do lar e alcançarem a instrução para professora primária. Essa formação, além de tirá-las do ambiente privado e conduzirem-nas ao público, dava-lhes a oportunidade de se sentirem úteis e preparadas para o casamento. (SILVA, 2016, p. 57).

As realizações que foram obtidas através das escolas foram de suma importância para a emancipação e preparação das mulheres para a vida pública, a partir da alfabetização elas conseguiram chegar em outros espaços que muitas não imaginavam conseguir oportunidade de participar, e ainda de acordo com autora Aurení (2016) “Vale salientar que algumas mulheres conseguem perceber, na Escola Normal, uma abertura para aproximar-se da universidade e do caminho para a independência. Ou seja, ampliam-se os horizontes das mulheres, em todos os sentidos.” (p. 57).

2.1 Mulheres na sala de aula

Hoje, mesmo sendo natural para muitos, a participação das mulheres em sala de aula, essa não é uma realidade que foi conquistada de maneira fácil. Normalmente, as atividades docentes no Brasil e em outros países foi iniciada por figuras religiosas e posteriormente homens pertencentes a elite passaram a ingressar nesse meio. As mulheres do século XIX não estavam preparadas para o trabalho docente e com isso seria insensato entregar a educação de crianças às mulheres despreparadas.

Com o advento das mudanças sociais, que vinham acontecendo em fins do século XIX e início do século XX, observamos significativas transformações quanto à postura das mulheres em relação ao magistério, quando a maior procura e participação delas nas salas de aula contribuiu de forma bastante significativa para a atuação em outras áreas que vieram posteriormente a assumir.

Dentro desse contexto, as professoras Eudésia Vieira, Anayde Beiriz, Analice Calda e Ana Maria Coutinho, seguidas por diversas outras mulheres paraibanas, entregaram-se à produção das letras e da publicidade, escreveram vários livros de crônicas, de versos, de história de caráter didático e artigos em jornais e revistas. Nesse universo novo da carreira profissional de ensinar, a professora Eudésia Vieira, preocupada com a forma de lecionar História às crianças, ousou escrever livros narrando a História do Brasil, com uma linguagem

específica, para facilitar o aprendizado e a aquisição do conhecimento. (SILVA, 2016, p. 58).

Percebemos então, a importância das mulheres na sala de aula, já que, pela lógica da época, estavam mais habituadas com o convívio e cuidados de crianças, sejam seus filhos, sobrinhos ou demais parentes. Elas aprenderam métodos que não eram observados nos ensinamentos dos professores homens. Além dos cuidados, também podemos notar elogios ao tratamento das mulheres com seus alunos e até a organização das suas salas, como observamos no texto “Educação para mulheres na transição do Século XIX para o XX” de Rossana Pinheiro e Maria Aristene Moraes, onde as autoras afirmam que havia uma significativa diferença entre o ambiente e modos das escolas femininas em relação às escolas masculinas do Rio Grande do Norte, na Paraíba, onde o comportamento e padrões de higiene da escola feminina de Primeiras Letras, em Macaíba e gerenciada pela professora Maria Emília Botelho Lins comprovavam a competência e dedicação de ensino da referida professora, conforme Rossana P. e Aristene M. (2008). “Em 1896, essa mesma professora já havia recebido elogios explícitos do Diretor Geral da Instrução Pública, o professor Pinto de Abreu. Destacava naquele momento a ordem e a limpeza do estabelecimento de ensino, bem como a organização dos livros de matrícula (À PROFESSORA DA MACAÍBA, 1896).”, p. 62. Podemos compreender melhor a sua fala na seguinte citação:

Em ordem, guardadas as necessárias distinções os alunos mantinham o mais severo silêncio, em atitude de respeito exemplar: os meninos liam em voz baixa, estudando; as meninas entregues aos trabalhos de agulhas, bordando delicadas ramagens. Não querendo, porém me deixar levar pelas aparências, aliás as mais animadoras, procedi a um ligeiro exame em alguns alunos, observando então o aproveitamento resultante da solicitude e dedicação da professora, que quanto pode, me pareceu desempenhar os seus misteres de educadora. (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1897, p. 3).

Com isso, aqui vemos que o papel das mulheres na educação não estava apenas no seu nível de ensino e a forma de executar sua aula, mas também no emprego em que organizavam seu ambiente e as formas comportamentais exercidas pelas professoras e alunos.

Esses acontecimentos acabam por influenciar outras mulheres a participarem das salas de aula e se interessarem ao emprego de ensinar para crianças e jovens a fim de se obter uma carreira profissional e completar a renda salarial da sua casa. Devemos nos

atentar que a fala acima também serviu para enfatizar a ideia de que as mulheres possuíam uma vocação natural para o trabalho como cuidadora de crianças, lhes atribuindo uma participação efetiva e decisiva no desenvolvimento afetivo e intelectual das futuras gerações. Essa efetivação da importância das mulheres no ensino infantil a partir do seu comportamento para com as crianças gerou uma percepção bastante positiva em seu trabalho tornando a emancipação da mulher uma realidade mais acessível.

Essas percepções aconteciam pelo país inteiro, particularmente na capital da federação. Em 1897 a Intendência Municipal do Rio de Janeiro delegou exclusividade às mulheres na instrução primária de ambos os sexos. Essa atitude inicia no Brasil” [...] a progressiva e bem sucedida emancipação da mulher [...]” pelos processos utilizados em países europeus. (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1897, p. 3). As vantagens econômicas e sociais de tal medida são colocadas no jornal A República como uma tentativa de fazer algo” [...] em prol dos confiscados direitos femininos.” (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1897, p. 3). Mas também assegurava resultados práticos e úteis na melhoria do ensino elementar, posto que” [...] a experiência em toda parte do mundo tem verificado ser o homem incapaz de exercer [...]” com resultados tão positivos esse tipo de instrução. (PINHEIRO; MORAIS. 2008, p. 63).

A inserção da mulher na sala de aula, tornou-se assim uma função bem vista para aquelas que desempenhavam um bom trabalho com crianças, trazendo um olhar maternal e familiar para o meio escolar a fim de orientar os alunos a desempenharem futuramente seus papéis de cidadãos de uma forma mais civilizada.

Ao falar sobre a emancipação das mulheres, não podemos deixar de evidenciar que esse é um período histórico que, mesmo partindo do ambiente educacional, elas estavam estudando e educando seus alunos para o lar, o que implica dizer que continuavam em uma esfera em que muitas pessoas acreditavam que elas teriam nascido para desempenhar esse papel. Mesmo tendo essas implicações, não podemos deixar de lado que foi uma vitória enorme para as mulheres ganharem espaço público, “A esposa, enquanto expressão do modelo de mulher voltado para o fórum privado, e a professora para o fórum público, mostram duas faces da mesma sociedade que se pretendia civilizada.” (PINHEIRO; MORAIS, 2008, p. 64).

Grande parte das mulheres que iniciaram suas vidas profissionais através da escola, dependeram em algumas vezes da Igreja para conseguirem frequentar as instituições de ensino. A igreja durante um período da história, mais precisamente durante o século XIX, se tornou uma “escola verdadeira”, onde as mulheres faziam parte para

aprenderem sobre educação moral e conseguirem orientações através da Igreja Apostólica Romana que apresentava ser “fomentadora de normas, hábitos e valores, ditava, particularmente nas cidades pequenas, o teor instrutivo (e prescritivo) das escolas.” (PINHEIRO, 2009, p.77). As mulheres que não seguissem a igreja católica não eram bem vistas para lecionar, já que precisava corresponder a um perfil de educadora de acordo com as normas cristãs, “Ensinar o catecismo era a premissa para todas as professoras poderem lecionar, mesmo sendo o Estado laico e republicano.” (PINHEIRO, 2009, p.78).

Ao buscar a educação da mulher, ou a institucionalização desta educação pela escola, percebemos que acontece uma sintonia entre um discurso sobre o significado de ser cidadã e uma educação que compreendesse um modelo de mulher, de família e sociedade. Com isso, observamos que através das disciplinas propostas no Regulamento, que a instrução e educação das mulheres apareciam como estudos específicos e adequados ao gênero feminino, onde na maioria das vezes as disciplinas favoreciam a educação da mulher, além do aspecto pedagógico.

A partir de 1892, conforme Rossana Pinheiro e Maria Arisnete Morais (2008), a educação passou por reformas, onde foi possível observar algumas alterações nas escolas, mais precisamente, nas escolas privadas, “não apenas o conteúdo dessas disciplinas de cunho estético e moral, mas o regime de internato dessas instituições. O ensino privado, direcionado à educação da mulher e em consequência um mercado de trabalho para as mulheres, especialmente às mulheres professoras.” (2008, p. 67).

O espaço da escola para as mulheres, na transição entre os séculos XIX e XX, trouxe conteúdos e um novo olhar sobre o espaço público e modelo de sociedade moderna que estava se fixando, a república trouxera uma nova representação de mulher, onde esse novo ideal feminino estava representado em seus lares e nas manifestações artísticas e literárias no Brasil.

CAPÍTULO III

O FEMININO NAS CARTAS DA PARAÍBA IMPERIAL

A prática de ensinar demandou um grande esforço e interesse das mulheres para que pudessem sair da sua “zona de conforto”. Isso implica dizer que elas não se deixaram levar pelos comentários que recebiam devido aos seus trabalhos; seja nas escolas, creches, universidades ou outros espaços. Vemos que, cada vez mais foram sendo desenvolvidas novas maneiras e métodos de instrução e escrita e um desses modelos foi a criação de uma linguagem que fizesse parte da vida social das mulheres, de maneira que interferisse, mesmo que de forma indireta, em sua relação com o ambiente em que vivem.

A linguagem foi um dos elementos que propiciaram o processo de emancipação feminino, pois, serviu como uma ponte para ligar as diferentes mulheres pertencentes a essa sociedade e às diversas camadas sociais existentes, como podemos afirmar, na perspectiva de CHARTIER (1991), que além de instrumento do progresso social, a linguagem é uma prática que, dentro do seu campo de múltiplas vias, pode proporcionar um lugar de memória na qual é possível evidenciar sua importância dentro dos acontecimentos e manifestações que estão dentro tanto do representativo quanto do social.

Dentro dessa perspectiva, podemos considerar que a linguagem serve como um meio direto para nos aproximarmos do passado e assim chegarmos a uma representação sobre os acontecimentos, usando a linguagem e memória como uma fonte indispensável para entender um dado momento, além de configurar e descrever de forma representativa o período a partir de uma imagem, um escrito ou outros meios que transcrevam e nos conecte a um elemento que está distante ou ausente de uma memória. Como podemos afirmar a partir de Le Goff (2013) “Aqui intervém a “linguagem, ela própria produto da sociedade” (ibidem). Desse modo, Henri Atlan, estudando os sistemas auto-organizadores, aproxima “linguagens e memórias[...]”. (p. 389).

A partir do conceito de representação da história e dos seus indícios; mais precisamente da memória, deixados pelas mulheres é possível percebermos muito dos ideais femininos da época através das cartas publicadas nos jornais da Paraíba no século XIX (1850 a 1880), de maneira que nos fazem refletir sobre como esses escritos podem nos ajudar a compreender a atuação das mulheres nesse contexto e a importância da

participação delas nos jornais e cartas para auxiliarem outras pessoas a ter uma nova visão acerca da sociedade.

Portanto, de acordo com a percepção de CHARTIER (1991), a representação é um fator indispensável para percebermos e compreendermos o mundo como um lugar social do indivíduo, em que a partir das práticas, podemos articular meios a fim de construir uma identidade. Com isso, pode se dizer que a representação é um fator essencial para condicionar a existências de grupos sociais e gerar práticas sociais com o objetivo de fortalecer as instituições e conceitos que envolvem o comportamento e práticas sociais de períodos históricos. Assim, de acordo com CHARTIER (1991), aquilo que acreditamos ser a história de determinado momento, o fato histórico, na verdade são representações construídas a partir das memórias e documentos utilizados por pessoas a fim de construir uma narrativa sobre algum fato ou objeto de estudo, colocando sua representação em uma posição social do indivíduo.

Diante da diversidade de fontes e possibilidades dentro do campo da história da educação, buscamos, através das escritas das cartas e folhetins entender como o objeto tido como cultural se transforma em um documento de circulação e representação historiográfica.

As cartas, jornais e folhetins tiveram uma grande circulação enquanto veículos de informação desde o seu surgimento, durante o século XVI, até o aparecimento de novos meios de comunicação, como os meios digitais. Atualmente, vemos que os folhetins impressos foram cada vez mais perdendo seu espaço nos círculos sociais, onde foi apresentando-se novos meios de circulação e ampliação de recurso digitais, trazendo uma grande mudança nas formas de se relacionar e interagir, modificando as estruturas sociais e de comportamento. Sobre essa mudança e prática de leitura, Chartier (2002) afirma:

Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade. Surge disso uma primeira inquietação [...], o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis, materiais que lhes permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos. (CHARTIER, 2002, p. 23).

Nesse contexto, podemos afirmar que durante esse processo há grande retrocessos no que se refere a perda de escritos e também da prática da leitura utilizando documentos físicos, mas também há um grande avanço no que se refere a possibilidade de

armazenamento de arquivos e fontes históricas, tudo por meio de equipamentos que permitem a digitalização e escaneamento de documentos materiais, mudando não apenas a forma em que são armazenadas, mas também a rapidez e eficiência em acessar informações de todos os tipos.

Os novos recursos facilitaram a busca e compreensão das pessoas acerca diversos assuntos, também podemos ver a importância dos jornais dentro desse contexto, pois, a partir da análise de alguns folhetins da imprensa paraibana do fim do século XIX, iremos considerar a passagem das mulheres nos inscritos dos jornais do período que corresponde de 1850 a 1890.

Estudar o universo feminino do século XIX não é uma tarefa fácil, quando passamos a pesquisar e buscar fontes que mostrem a participação das mulheres no contexto da escrita, encontramos dificuldades, pois, a incidência de fontes documentais ainda é um tanto restrita. Compreender as relações de trabalho e comportamento se torna uma tarefa um tanto enfadonha se considerarmos o tempo que se pretende ser analisado, “porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes” (PERROT, 2015, p. 17).

Portanto, encontrar fontes que pudessem trazer evidências da participação feminina nos folhetins da Parahyba imperial não foi muito simples, mas graças a sites online foi possível termos acesso a alguns recortes de evidências femininas como exemplo, através do site *Jornais e Folhetins literários da Paraíba no século XIX*, foi possível encontrar um indício do que pode ser o primeiro jornal feminino paraibano, com título “A Marquesa do Norte”, também reconhecido como “periódico feminino – político” publicado em 12/01/1867, conforme podemos ver na Figura 01.

Figura 1 - Jornal: A Marqueza do Norte - número 03



Fonte: Jornais e Folhetins literários da Paraíba no século XIX (1867)¹

¹ Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html#:~:text=O%20projeto%20Jornais%20e%20Folhetins,jornais%20paraibanos%20que%20foram%20microfilmados.> Último acesso: 19/01/2023.

A imagem acima configura um jornal feminino do século XIX, *A Marqueza do Norte*, Periódico feminino – Político, de 12/01/1867, que foi encontrado em um acervo no site já citado acima, o jornal conta com quatro páginas que posteriormente também irão ser analisadas. Conforme nos aponta Bringel (2018):

No que tange a estrutura estética, era produzido em 4 páginas, composto por duas colunas, com notícias breves e objetivas voltadas para o cenário político; não era uma folha oficial, mas trazia em seu interior críticas ao governo, denúncia e corrupção, páginas com informações sobre o comércio, anúncios e uma sessão destinadas às cartas. (BRINGEL, 2018, p.63).

Portanto, através da fonte, e de acordo com o pensamento de Bringel (2018) é possível afirmar que havia a participação das mulheres na construção de folhetins na Paraíba e que também havia mulheres que liam e se interessavam pelos assuntos políticos da época, mais necessariamente assunto o discurso de críticas ao sistema vigente do período. Observamos no campo textual do documento da figura 1, a seguinte crítica:

A corrupção

Quem atentamente observar o enredo que a monarquia do Brasil ostenta na governança do país, hade lamentar a degradação a que tem chegado o povo brasileiro.

O segundo reinado influenciado pela corte de Portugal onde reina a influência política – comercial sobre o Brasil, tem subjogado esta nação a mais abjecta dependencia.

Os dous governos, do Brasil e de Portugal, que são – uma e a mesma cousa – porque se lambem mutuamente, accordaram entre si de acabar com os cabras do Brasil e povoarem esta terra com a escoria de Portugal.

O primeiro imperador, que era portuguez as direitas, deu começo a essa obra; e o segundo, que, posto tenha nascido no Brasil, há sido mais acrimonioso na propaganda do seu augusto pai. Neste intuito, o actual imperador tem aproveitado não só os portugueses velhos do tempo do seu augusto pai, como todos quando teem vindo no discurso do seu reinado.

A côrte do Rio de Janeiro está convertida n'uma completa Lisboa!

A Marqueza do Norte (12/01/1867, p. 1)

O texto acima corresponde a uma crítica ao segundo reinado, da forma como o Brasil e Portugal dependiam um do outro, tornando-os um só, transformando o Brasil em uma escória de Portugal, além disso também culpa o primeiro reinado acusando o primeiro imperador de começar esse laço de dependência entre os dois países.

A participação feminina na política não era um fator comum dentro da sociedade imperial, já que o papel que era desenvolvido para elas era a de mulher provedora e cuidadora do lar, mas como mostra o documento essa concepção começou a mudar a partir da participação efetiva das muitas mulheres na literatura. O campo de ensino passou a ser um meio para que uma parcela da população feminina conseguisse sua independência ou mesmo, passarem a pertencer ao universo público, ao que se refere ao contexto social e político, com isso passaram a escrever em jornais ou tentar o magistério.

É possível termos alguns exemplos de algumas mulheres que buscaram sua autonomia a partir de suas produções literárias como podemos ver a partir da seguinte afirmação,

Dentro desse contexto, as professoras Eudésia Vieira, Anayde Beiriz, Analice Calda e Ana Maria Coutinho, seguidas por diversas outras mulheres paraibanas, entregaram-se à produção das letras e da publicidade, escreveram vários livros de crônicas, de versos, de história de caráter didático e artigos em jornais e revistas. Nesse universo novo da carreira profissional de ensinar, a professora Eudésia Vieira, preocupada com a forma de lecionar História às crianças, ousou escrever livros narrando a História do Brasil, com uma linguagem específica, para facilitar o aprendizado e a aquisição do conhecimento. Esse livro: Pontos de História do Brasil, foi adotado na rede Estadual de ensino do Estado da Paraíba. (SILVA, 2016, p. 58)

Portanto, é compreensível que a partir dos escritos das mulheres foi possível evidenciar um novo olhar sobre a literatura e educação. O posicionamento das escritoras e professoras do período do século XIX e XX, ajudaram a construir uma nova imagem sobre a imprensa e educação, as diversas críticas direcionadas aos governantes políticos e a ausência da imprensa paraibana voltada para o conhecimento da mulher. Essa perspectiva favoreceu a instrução de muitas mulheres para que pudessem redigir livremente, obtendo um pouco mais de espaço, em comparação com os homens.

Diante dos fatos mencionados, percebemos uma mudança na realidade feminina. A mulher começa a ocupar um novo espaço no mundo da comunicação, assinalando presenças, começando uma nova história e uma nova predisposição do ser feminino, por meio da participação do universo da escrita, adentrando o espaço jornalístico, escrevendo em coluna de jornal e revista. (SILVA, 2016, p. 65)

A segunda imagem que será apresentada abaixo, diz respeito a página dois do folhetim A Marqueza do Norte, onde é explícito a crítica feita ao sistema da época, conforme vemos:

Figura 2 - Jornal: A Marqueza do Norte - p. 02



Fonte: Jornais e Folhetins literários da Paraíba no século XIX (1867)

Nessa página do documento, continuando a análise do folhetim A Marqueza do Norte, podemos ver a seguinte fala sobre a política brasileira do século XIX:

Os partidos políticos do Brasil

Causa riso, ver a luta dos chamados partidos políticos no Brasil, mas perguntando-se aos chefes o que eles querem nenhum sabe o que responda.

O imperador que conhece os criados com quem lida, de vez em quando levanta um e diz-lhe – vai fazer um partido novo. O pobre diabo que por uma tetéa ou um titulo é capaz de dar até... mãocomunna-se com outros pretenciosos e dividem a população de uma província em tres ou quatro partidos mas todos com a libré imperial. Trava-se a luta e no meio dela os portugueses despejam notas falsas, e animão a intriga que é a arma com que se sustenta a monarchia do Brasil e o predomínio dos portugueses.

Nesta província há quatro partidos que estão confundidos em dous: os vermelhos moderados com os liberaes pacíficos foram um partido; os vermelhos côm de sangue com os liberaes phosphoricos outro. Acima desses partidos esta o delegado do imperador com a bolsa aberta com a qual vai chamando os chefes uma a um e compra-os; de forma que o resultado da eleição hade ser o que o delegado do imperador determinar. [...]Presos deste modo os pobres diabos, assignam de cruz todo quanto o governo quer de accordo com os interesses dos mesmos portugueses. *A Marqueza do Norte* (12/01/1867, p. 2)

Nessa perspectiva, vemos o quanto as mulheres que participavam dessa esfera, desses escritos contendo críticas políticas, eram ousadas por não deixarem o patriarcalismo da época impedir suas manifestações partidárias. Vemos que a autora do jornal não suaviza a forma de escrever contra a política desenvolvida no período, se pensarmos que essas críticas eram destinadas a homens, vemos que envolvia muita coragem em seguir com o escrito.

A *Marqueza do Norte*, como vimos, não se trata de um jornal dedicado a questões femininas, mas sim do universo político, de questões ideológicas que envolviam muito mais do que aprender sobre boas maneiras ou como deveriam educar seus filhos. Muitas mulheres não estavam mais em silêncio, utilizaram dos jornais e folhetins para mostrarem sua visão sobre a sociedade e suas relações no período, não foram todas que participaram desses eventos, logicamente, mas aquelas que se submeterem a saltar nesse universo trouxeram consigo uma grande responsabilidade e liberdade de instrução. De acordo com Priore (1994):

Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papeis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido. Só assim podemos libertar as imagens femininas do olhar que só as vê contraditórias, pois pensar o “o por que” e o “para quê” de uma história da mulher brasileira significa abandonar as polarizações, e deixar emergir a memória de tensões entre os papéis masculinos e femininos,

vislumbrando além de seus conflitos e complementaridades, o tecido mesmo da narrativa histórica. (PRIORE, 1994, p. 11).

Outro fator a ser analisado é o próprio nome do jornal e a imagem que ele utiliza. Como vemos o nome “A Marqueza do Norte” provavelmente é um pseudônimo utilizado por uma mulher e a imagem que é exposta na capa do folhetim, não se sabe se é um símbolo da presença feminina, ou mesmo, uma forma de generalizar a aparência das mulheres elitistas do período. Essas representações que o jornal carrega são espelhos de mulheres que estavam vivendo de maneira intensa e a frente do seu tempo. Um indício de que o jornal era de autoria feminina, diz a respeito da publicação que tem na última página do folhetim, como mostra a figura 03:

Figura 3 - Jornal: A Marqueza do Norte - p. 04



Fonte: Jornais e Folhetins literários da Paraíba no século XIX (1867)

Conforme o anúncio, na página quatro do folhetim, vemos que há algumas informações que precisamos levar em conta sobre a possível identidade da autora, A Marqueza do Norte, onde tem a seguinte afirmação:

A Marqueza do Norte tendo de tomar uns banhos salgados que os seus médicos lhe aconselharam para mitigar os sofrimentos de calores uterinos que tanto atormentam as senhoras desta classe; só aparecerá no memorável 2 de Fevereiro, tanto para tomar parte na eleição, como na comemoração desse dia.

No entanto agradece aos leitores o bem acolhimento lhe hão dado.

A Marqueza do Norte (12/01/1867, p. 4)

Com isso, podemos deduzir que a autora do jornal é uma mulher, já que possui essas características que remetem ao universo feminino. Esse olhar voltado para os comportamentos e saúde da mulher também estão elencados no folhetim, mas sem tirar o foco do real objetivo da crítica ao governo e suas formas de governanças. Diante desses documentos observamos no campo da representação de Chartier (1991), que a mulher que foi responsável pelo jornal, provavelmente, se mostrava a frente do seu tempo, parando para refletir e analisar questões políticas e sociais.

3.1 Notas sobre a inserção feminina na educação paraibana

A presença do feminino nas cartas e folhetins paraibanos não são um fator comum, uma vez que os jornais a serem analisados, “O Governista Parahybano” e “O tempo”, não foram veículos de comunicação voltado para as mulheres. O que buscamos nesse capítulo é analisar e tentar entender como se traduziam os comportamentos e atuação feminina no espaço da instrução pública nos respectivos jornais.

O espaço de recorte teórico a ser analisado (1850-1890) corresponde ao período em que foram encontrados documentos dos quais percebemos a presença feminina, levando em consideração o contexto histórico e social que as mulheres estão presentes e como elas eram representadas a partir dos folhetins da Província da Parahyba do Norte. A imprensa foi muito importante para o desenvolvimento cultural e intelectual dos cidadãos brasileiros e conseqüentemente aumentou a visibilidade e circulação de informações dentro do território brasileiro, mesmo não possuindo tanta popularidade, os jornais e produções literárias passaram a ganhar cada vez mais espaço dentro da sociedade brasileira, como afirma Silvana Lopes:

No entanto, mesmo com todas as limitações apontadas, a imprensa parece ter impulsionado a produção literária, através da tradução de romances estrangeiros e de divulgação da nossa produção local, favorecendo assim um enriquecimento cultural no país. (LOPES, 2011, p. 118).

O século XIX, como já foi abordado nos capítulos anteriores, não foi um período fácil para as mulheres no que se refere aos seus direitos, acesso à educação e a vida social, cultural e política, o favorecimento do sexo masculino contribuiu sobretudo nos comportamentos e concepção de inferioridade feminina a partir do seu sexo e intelecto. De acordo com Bringel (2018), o século XIX, a partir do ponto de vista histórico “o sexo feminino representado predominantemente a partir do olhar masculino. Durante muito tempo todas as referências ao feminino, nos textos bíblicos, nas pinturas e costumes, foram constituídas pelos homens” p.79. Portanto, a imagem das mulheres brasileiras surgiu sob estereótipos, elucidando a imagem de submissão e objeto sexual, onde suas contribuições estavam em servir e permanecer na sombra do seu companheiro ou representante masculino.

Diante desse ponto de vista, buscamos observar e compreender como algumas mulheres conseguiram transformar esse espaço de submissão em motivação para conseguirem emancipação através da prática da escrita. Com isso, colocamos em questão se as mulheres fizeram parte dos veículos de comunicação de forma consciente, mais precisamente do jornal “O Governista Parahybano” e “O tempo”, ou se elas foram usadas a fim de elucidar o ponto de vista masculino acerca do seu trabalho.

Para escrever história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade que quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. (PERROT, 2015, p. 21).

Quando nos deparamos com documentos que falam sobre as mulheres do século XIX é difícil de imaginar a atuação feminina no espaço público ao considerarmos as normas do período. Com isso, é quase um desafio montar uma narrativa que se utilize fontes escritas produzidas por mulheres paraibanas do século XIX, e assim entramos no questionamento se elas tiveram uma participação efetiva no processo de construção dessas fontes ou se sua figura era representada através da escrita de outros.

Na Paraíba, podemos nos deparar com alguns indícios da participação feminina na instrução pública em 1850, onde através do jornal oitocentista “O Governista Parahybano” e “O tempo” encontramos cartas e folhetins contendo importantes informações quanto a presença das mulheres na imprensa paraibana.

As cartas que veremos no decorrer desse capítulo podem ser encontradas a partir do site “Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19”², onde é possível ter acesso à um acervo de documentos que se referem a correspondências e queixas como podemos ver a seguir:

Figura 4 - Tabela de cartas: A instrução pública nos jornais da Paraíba no Império

<p>Jornal: O Governista Parahybano Data: 29 de junho de 1850 Signatário: Presidencia Destinatário: D.Inspector d'administração das rendas Classificação da Carta:</p>	<p>Assunto: Informação sobre despacho de requerimento no vencimento da professora de primeiras letras</p> <p>-Ao D. inspector d'administração das rendas, que reconhecendo que os vencimentos da professora de primeiras letras do Varadouro desta cidade são os mesmos considerados pelo artigo 7 da lei provincial n 14 de 15 de dezembro de 1849 visto que nesta parte não foi alterada pela do orçamento vigente, neste sentido a Presidencia despaxou o requerimento da mencionada professora, sobre que Sme. informou: o que se lhe comunica para sua intelligencia, e execução.</p>	<p>— Ao D. inspector d'administração das rendas, que reconhecendo que os vencimentos da professora de primeiras letras do Varadouro desta cidade são os mesmos considerados pelo artigo 7 da lei provincial n 14 de 15 de dezembro de 1849 visto que nesta parte não foi alterada pela do orçamento vigente, neste sentido a Presidencia despaxou o requerimento da mencionada professora, sobre que Sme. informou: o que se lhe comunica para sua intelligencia, e execução.</p>
--	---	---

Fonte: O Governista Parahybano, 29 de junho de 1850³

O documento acima trata-se de um folhetim produzido no século XIX na Paraíba, no ano de 1850, no qual podemos identificar a presença feminina a partir do despacho de requerimento para providência de vencimento de uma professora de primeiras letras. Como visto, o documento não é escrito por uma mulher, mas sim pela figura de autoridade do período, o homem. Segundo Chartier (1991), “As representações do mundo social assim construídas, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (p.17). As cartas e folhetins que circulavam durante esse período serviram de fontes para que pudéssemos ter acesso ao universo letrado em que algumas mulheres já pertenciam, eram publicadas nos jornais da Paraíba imperial:

² Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html> acesso em: 20/01/2023

³ Disponível em:

http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/arquivos/cartas_com_recortes_de_jornais_ordem_cronologica.pdf> acessado em: 22/01/2023

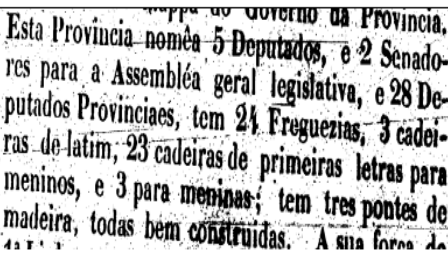
As cartas coletadas versavam sobre os diversos conteúdos envolvidos na instrução pública no Império, tais como pedidos de compra de materiais escolares, de matrícula no liceu, de recebimento de mapas escolares, de pagamento de salários e outras informações sobre os sujeitos da instrução pública, os diretores, os inspetores, os alunos e os professores. (Ibidem, idem, p. 13).

Mesmo não contendo a escrita propriamente das mulheres para relatar o acontecimento, podemos presenciar sua participação no mercado de trabalho, a imagem e representação da professora e profissional, inserida na instrução pública e pertencente a esse duplo espaço, o da imprensa e magistério.

O debate iniciado pelas mulheres na Paraíba do Norte é reflexo da luta iniciada por elas através da inquietação feminina sobre a condição de suas vidas, assim como o interesse em participar ativamente dos ideais políticos, revolucionários e progressistas que aconteciam durante o período oitocentista no Brasil, como afirma Fernanda Bezerril (2013):

A região que hoje chamamos de Nordeste foi um “fértil celeiro” da imprensa feminina no século XIX. As mulheres passaram a publicar artigos, poemas e contos que tratavam de vários temas do dito “universo feminino”. E ainda sobre questões como a abolição e a República[...]. (BEZERRIL, 2013, p. 81).

Figura 5 - Nomeação de cadeiras de latim e de primeiras letras

<p>Jornal: O Governista Parahybano Data: 27 de julho de 1850 Signatário: Destinatário: Classificação da Carta:</p>	<p>Assunto: Nomeação para cadeiras de latim e cadeiras de primeiras letras para meninos e meninas</p> <p>Esta Província nomêa 5 Deputados, e 2 Senadores para a Assembléa geral legislativa, e 28 Deputados Provincias, tem 24 Freguezias, 3 cadeiras de latim, 23 cadeiras de primeiras letras para meninos, e 3 para meninas; tem tres pontes de madeira, todas bem construidas.</p>	
---	---	--

Fonte: O Governista Parahybano, 27 de julho de 1850

A educação feminina foi um fator essencial para a emancipação de muitas mulheres, em que passaram a se dedicar aos estudos como forma de conseguir autonomia para sua inserção social e a conquistar espaços públicos que não eram de costume encontrar a sua presença.

No recorte acima (figura 5), podemos evidenciar a nomeação para cadeiras de latim e de primeiras letras para meninos e meninas, essa pequena menção sobre a participação feminina na educação nos diz muito sobre a influência que já se possuía no ensino. Observamos, além disso, a quantidade de cadeiras que são ofertadas para ambos os sexos, para os meninos 23 cadeiras de primeiras letras e para meninas apenas 3, um número que mostra a distribuição de matriculas entre homens e mulheres, uma vez que o número de homens na educação era bem maior em comparação às mulheres. Isso não significa dizer apenas sobre as condições das escolas em aceitarem a presença de mulheres nas disciplinas que iriam coloca-las no mercado de trabalho, mas também sobre as oportunidades que elas tiveram para abdicar do seu espaço privado para tentar a carreira em outras áreas de trabalho. Essa quantidade menor em comparado com o número masculino nas instituições de ensino também implica nas vagas de emprego que iriam concorrer quando concluíssem seus estudos, pois como sabemos, a chance de um homem conseguir se estabelecer em um cargo público era mais alta do que uma mulher conseguir o emprego no mesmo cargo concorrido.

Como é possível verificar na carta do jornal O Governista Parahybano [...]. Traziam o mapeamento da situação da instrução pública de modo geral, dados estatísticos, financeiros, materiais e ensino privado. Ao pesquisar nesses relatórios tais estatísticas, encontramos referencias femininas nos anos de 1852 e 1854, totalizando dentro o número total de estudantes das cadeiras de primeiras letras da época, 97 e 107 meninas respectivamente em cada relatório. Se comparado à quantidade de meninos na mesma situação, as meninas representavam menos de 10% dos estudantes da Província da Parahyba nesse período. (BRINGEL, 2018, p. 83).

Portanto, ao compararmos o número de mulheres e homens no ambiente de ensino é possível termos essa distinção de participação de meninos e meninas nas cadeiras ofertadas no período. O fato era que, diante o contexto social em que estavam inseridas, quase não havia oportunidade de espaço para o gênero feminino, então mesmo que pouco, o número de mulheres matriculadas no ambiente escolar e no universo da escrita, já significava muito, pois se referia a ampliação de sua participação no espaço público.

Figura 6 - Pedido de representação de professor

<p>Jornal: O Governista Parahybano Data: 07 de setembro de 1850 Signatário: Destinatário: Delegado da Independencia Classificação da Carta: Participação ou Notícia</p>	<p>Assunto: Pedido de uma representação do professor de primeiras letras</p> <p>- Ao delegado da Independencia remettendo uma representação do professor de primeiras letras Joaquim José da Costa Mattos contra Maria de tal mulher dissoluta, e seu filho Felinto d'aquelle termo, para que com a possível brevidade informe com o que occorrer sobre o conteúdo em dita representação, dando logo, a ser veridica, as providencias legaes, em ordem a pôr termo aos insultos que taes individuos derigem ao queixoso, e a sua familia; sendo que se o filho oa mencionada Maria de tal está no caso de recrutamento, por seu máo comportamento, Smc. o faça recrutar immediatamente, para ser aproveitado no exercito, antes que, prossequindo na carreira dos vicios, se torne mais prejudicial a sociedade.</p>	<p>— Ao delegado da Independencia remettendo n. ma representação do professor de primeiras letras Joaquim José da Costa Mattos contra Maria de tal mulher dissoluta, e seu filho Felinto d'aquelle termo, para que com a possível brevidade informe com o que occorrer sobre o conteúdo em dita representação, dando logo, a ser veridica, as providencias legaes, em ordem a pôr termo aos insultos que taes individuos derigem ao queixoso, e a sua familia; sendo que se o filho oa mencionada Maria de tal está no caso de recrutamento, por seu máo comportamento, Smc. o faça recrutar immediatamente, para ser aproveitado no exercito, antes que, prossequindo na carreira dos vicios, se torne mais prejudicial a sociedade.</p>
--	---	---

Fonte: O Governista Parahybano, 07 de setembro de 1850

No documento acima (Figura 6), é feita uma queixa contra uma mãe de um aluno, a referida senhora é descrita no folhetim como Maria de Tal, maneira pejorativa para se referir a figura em questão. A queixa é proferida para o delegado afirmando que a senhora citada o perturbava com insultos e com isso, solicitava providências contra a conduta contra a atitude da nomeada Maria de Tal. A carta ainda descreve que tais insultos se deram devido ao mal comportamento do filho da senhora, e que ele fosse mandado para o exército como uma forma de recrutamento para que não se entregasse futuramente aos vícios e que acabasse prejudicando a sociedade com seu comportamento. Certamente essa mãe, chamada pelo nome Maria de Tal, não teve oportunidade para se defender da mesma forma que foi mencionada nesse espaço de queixas, já que esse espaço da mídia estava, de certa forma, mais favorável para a fala dos homens.

Figura 7 - Carta de queixas sobre cadeira de primeiras letras do sexo feminino: Bananeiras

<p>Jornal: O Tempo Data: 26 de outubro de 1865 Signatário: Um por todos Destinatário: Sr. Diretor da Instrução Pública Classificação da Carta: Queixas</p>	<p>Assunto: Publicação solicitada: Para o Sr. Director da Instrução Publica Lêr / Cadeira de Primeiras Letras do Sexo Feminino: Bananeiras</p> <p>Para o Sr. Director da instrução pública ler. Pede-se ao Illm. Sr. Director da instrução pública que lance suas vistas sobre a cadeira de primeiras letras do sexo feminino, da vila de Bananeiras, onde as respectivas alunas estão constantemente expostas a ouvirem as palavras mais desonestas, devido ao estado de constante embriaguez em que vive o marido da professora.</p> <p>É fácil de avaliar quanto se torna prejudicial semelhante fato a educação das crianças que o presenciaram quase todos os dias, e supomos fazer um beneficio denunciando - o pela imprensa e pedindo providencias contra sua continuação.</p> <p>Há pouco aconteceu o seguinte caso digno de todo o reparo, e que foi testemunhado por grande número de pessoas.</p> <p>Chegando, pela ___ ou ___ vez, do conhecimento do subdelegado Manoel Nunes que várias famílias honradas e honestas eram constantemente insultadas por, Jovino, marido da professora mencionada, deu ordem o ___mo subdelegado no cabo José ___pe para prende-lo e recolher a ___ apenas o encontrasse ébrio pel ___ da vila. Passados poucos dias ___io, apesar de avisado, apresentou-se no estado mais deplorável insultando a todos que encontrava, como de costume. E-lhe intimado a ordem de prisão, porém infelizmente não pode ser realizada, em consequência de se lhe opor João Neves protector do mesmo Jovino!</p> <p>Ridicularizada assim publicamente a ordem do subdelegado Manoel Nunes, segue Jovino cambaleando para</p>	<p>PERMANÊNCIA ANULADA.</p> <p>Para o Sr. Director da Instrução Publica ler.</p> <p>Pede-se ao Illm. Sr. Director da instrução pública que lance suas vistas sobre a cadeira de primeiras letras do sexo feminino, da vila de Bananeiras, onde as respectivas alunas estão constantemente expostas a ouvirem as palavras mais desonestas, devido ao estado de constante embriaguez em que vive o marido da professora.</p> <p>É fácil de avaliar quanto se torna prejudicial semelhante facto a educação das crianças que o presenciaram quasi todos os dias, e supomos fazer um beneficio denunciando-o pela imprensa e pedindo providencias contra sua continuação.</p> <p>Na pouco successo o seguinte de-</p> <p>no digno de todo o reparo, e que foi testemunhado por grande numero de pessoas.</p> <p>Chegando, pela ___ ou ___ vez, do conhecimento do subdelegado Manoel Nunes que varias familias honradas e honestas eram constantemente insultadas por Jovino, marido da professora mencionada, deu ordem o ___mo subdelegado no cabo José ___pe para prende-lo e recolher a ___ apenas o encontrasse ébrio pel ___ da villa. Passados poucos dias ___io, apesar de avisado, apresentou-se no estado mais deploravel insultando a todos que encontrava, como de costume. E-lhe intimada a ordem de prisão, porém infelizmente não pôde ser realisada, em consequência de se lhe opor João Neves, protector do mesmo Jovino!</p> <p>Ridicularizada assim publicamente a ordem do subdelegado Manoel Nunes, segue Jovino cambaleando para casa, onde, não obstante estar funcionando a escola, dirige da porta il- ludo tantos insultos e immoralidades, que a professora para poder contê-lo e acabar com tamanho escândalo, deu immediatamente as respectivas alunas trabalho, despedindo as discripulas ás 11 horas do dia!</p> <p>Findo na protecção de que hoje goza, Jovino tem-se tornado ainda mais insupportavel, occasião há em que apresenta-se na escola com a maior indecência...</p> <p>A vista destes factos, presenciados aqui por todos, e que já perdemos a esperanza de ver reprimidos, não podemos deixar de recorrer ao Sr. Director, a quem pedimos com instancia que ponha um paradeiro a tanta imoralidade, como lhe cumpre, em beneficio manifesto de moçada desta villa.</p> <p>Bananeiras 10 de outubro de 1865. Um por todos.</p>
---	--	--

Fonte: Jornal O Tempo, 26 de outubro de 1865

Figura 8 - Continuação da carta de queixas

	<p>casa, onde, não obstante está funcionando a escola, dirige da porta da aula tantos insultos e immoralidades, que a professora para poder contê-lo e acabar com tamanho escândalo, deu imediatamente por findo os seus trabalhos, despedindo as discipulas ás 11 do dia 1.</p> <p>Findo na proteção de que hoje goza, Jovino tem-se tornado ainda mais insupportável, occasião há em que apresenta-se na escola com a maior indecência...</p> <p>A vista destes fatos, presenciados aqui por todos, e que já perdemos a esperança de ver reprimidos, não podemos deixar de recorrer ao Sr. Director, a quem pedimos com instancia que ponha um paradeiro a tanta imoralidade, como lhe cumpre, em que beneficio manifesto da mocidade desta vila.</p> <p>Bananeiras 10 de outubro de 1865 Um por todos.</p>	
--	---	--

Fonte: Jornal O Tempo, 26 de outubro de 1865

A carta publicada pelo jornal “O Tempo” (figura 7-8) faz uma queixa sobre a condição que as alunas das cadeiras de primeiras letras de Bananeiras estão expostas. A carta traz a informação que o marido da professora dessas alunas está em constante embriaguez e com isso, se torna prejudicial à educação das meninas, uma vez que, presenciam o fato quase todos os dias. Diante dessas condições, foi solicitado para o Sr. Director da Instrução Pública tomar as providências cabíveis para evitar a acontecer

novamente esse tipo de situação, o que pode significar a demissão da professora devido a conduta do seu marido.

O texto que se segue, relata a conduta inapropriada do marido da professora, chamado de Juvino. É descrito que devido as suas atitudes, Juvino chegou a ser detido, mas logo em seguida liberado e devido a tamanhos escândalos que eram presenciados pela mocidade, a professora pôs fim aos seus trabalhos na escola, provavelmente envergonhada das condições que se encontrava, ou provavelmente a mando de parentes ou direção escolar.

Um fator interessante a ser analisado se refere a como a professora é mencionada, no documento não é possível termos acesso ao seu nome, apenas o nome do seu marido, Juvino. O seu nome não é citado, talvez para não causar constrangimento e danos futuros no seu histórico ou simplesmente porque não era de importância relatar o nome da professora, já que, o que incomodava a direção era a postura inapropriada do seu marido, que mesmo recebendo ordem de prisão não chegou a ser preso devido a proteção de órgãos superiores.

Aqui, pudemos evidenciar nas cartas encontradas uma breve visão de como era a sociedade oitocentista para as mulheres que buscavam ser inseridas no mercado de trabalho e que encontravam na escrita a oportunidade de conseguirem autonomia. Podemos constatar as dificuldades que as mulheres enfrentaram e as condições que foram submetidas para conseguirem instrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a participação e as referências feitas ao feminino na imprensa paraibana a partir dos folhetins e cartas encontradas nos jornais oitocentistas “O Governista Parahybano” e “O Tempo”, em especial entre os anos de 1850 e 1890, afim de compreender os processos que levaram as mulheres a obterem autonomia na instrução pública através da escrita. Aqui, não pretendo apenas exibir o conteúdo dos folhetins como uma forma de provar a presença feminina no espaço público, mas apresentar como sua imagem é descrita e como os discursos se apresentam a maneira que nos faz refletir sobre o contexto social que as mulheres estavam inseridas.

Primeiramente, podemos observar a importância da historiografia para a construção da narrativa e assim compreendermos as motivações ou ambiente que as pessoas estavam naquele momento. As conjunturas existentes nos espaços detalhados, remetem a um universo que não é possível ter fontes claras e objetivas que tragam comprovações acerca do que foi narrado, mas que através dessas fontes foi possível encontrar elementos que reforçaram a pesquisa, contribuindo para a formação da problemática trabalhada.

Na tentativa de compreender melhor sobre os comportamentos e questões de gênero que envolvem a história das mulheres, partimos em busca de indícios e representações históricas sobre as condições das mulheres no século XIX, introduzimos a nossa discussão falando sobre o patriarcalismo e como o olhar masculino afetou a vida pública e privada feminina. A partir da nossa inquietação e busca por fontes, foi um tanto difícil encontrar indícios da presença feminina na literatura do século XIX, apesar de ser um período em que se obteve um grande avanço na sociedade brasileira. É importante compreendemos as normas do período para que possamos também entender o porquê de ser um assunto tão abordado atualmente, quando nos deparamos com os folhetins ou outros tipos de documentos que falem sobre as mulheres, nos surpreende que muitas das vezes nos traz a sensação de estar lendo notícias atuais, em que presenciemos as queixas e reivindicações por melhorias no espaço de trabalho, mais oportunidades de emprego, corrupção dos governos entre outras irregularidades sociais.

Ainda ao procurarmos elementos que trouxessem evidências da presença feminina nos espaços sociais, encontramos documentos, mais precisamente jornais, que ajudaram

a trazer o trabalho feminino ou a imagem das mulheres a partir da ótica masculina, uma vez que os homens tinham mais livre acesso para trabalhar nos veículos de comunicação e também em outras áreas do trabalho. Uma grande surpresa foi ao me deparar com o jornal “A Marqueza do Norte”, que mesmo aparentemente se tratando de um jornal feminino, expunha críticas e opiniões sobre a ordem social do período, onde através de um pseudônimo foi possível abrir esse espaço político e de criticidade para trazer à público que mulheres também podiam e deveriam participar dos assuntos políticos do Brasil. Talvez essa forma de criar um jornal onde remetesse a figura feminina fosse uma crítica à imprensa do período, para ridicularizar o governo vigente.

Hoje, possuímos diversos meios de comunicação que nos ajudam a ficar informados sobre questões sociais e políticas, mostrando o avanço tecnológico da sociedade, contudo os problemas sociais passados que costumamos evidenciar em livros, jornais e demais documentos, continuam presentes independente do período. Os problemas que enfrentamos quanto as questões de gênero também continuam fazendo cada vez mais, parte do nosso cotidiano, relatando esse olhar sobre o presente e passado e nos fazendo refletir sobre a importância de conhecermos nossa historiografia e contexto social, afim de solucionar problemas sem cometer os mesmos erros cometidos nos anos anteriores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana Strasburg de Camargo. **Mulher e trabalho no Brasil dos anos 90** / Adriana Strasburg de Camargo Andrade – Campinas, SP. 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286472/1/Andrade_AdrianaStrasburg_deCamargo_D.pdf. Acessado em: 02/12/2021

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BEZERRIL, Fernanda Daniella de França. **Vozes femininas: As mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880 a 1892)** / Fernanda Daniella de França Bezerril – João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7303/1/arquivototal.pdf> último acesso em: 20/06/2022

BRINGEL, Renata Cristina da Silva. **Indícios do feminino nas cartas nos Jornais da Paraíba no século XIX (1850 A 1886)**. Renata Cristina da Silva Bringel. – João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13126?locale=pt_BR último acesso em: 19/11/2022

CHARTIER, Roger. **O Mundo Como Representação**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2403031&forceview=1>. Último acesso: 13/11/2022

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa [online], v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A República**, Natal, p. 3, 25 mar. 1897.

PINHEIRO, Kess Brito de Sousa e col. Educação para mulheres na transição do Século XIX para o XX. **Revista Educação em Questão**, vol. 31, núm. 17. Natal - 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563959963004> . Último acesso em: 01/02/2023

LE GOFF, Jacques [1924]. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2013.

LOPES, Juarez. **Sociedade Industrial no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro – 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/gj8dk/pdf/lopes-9788599662779.pdf> . Último acesso em: 02/12/2022

LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX. **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122396/issn1518-126x-2011-12-01-117-140.pdf?sequence=1&isallowed=y>. Último acesso: 20/06/2022

MACHADO, Leila. **A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público**. Associação brasileira de psicologia política, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a06.pdf>. Acessado em: 02/12/2022

NUNES, Caroline. **90 anos do sufrágio feminino no Brasil: onde estavam as mulheres negras?** <https://almapreta.com/sessao/politica/90-anos-do-sufragio-feminino-no-brasil-onde-estavam-as-mulheres-negras>. Acessado em 02/11/2022.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Bom Livro). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2018>. Acesso em: 14/02/2023.

PAOLI, M. C. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 17- 41, jan./ jun. 1994.

PINTO, Céli Regina Jardim, Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política.**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acessado em: 02/12/2022

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/33466946/As_mulheres_ou_os_sil%C3%A2ncios_da_historia_-_Michelle_Perrot.pdf . Acessado em: 02/12/22

PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo. **Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, Aurení Maria da. **Educação e emancipação feminina na Paraíba nas primeiras décadas do século XX**. Lisboa, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/20014/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28AURENI%20SILVA%29%20pronta.pdf>. Último acesso em: 14/03/2022

WOITOWICZ, Karina. **Ecos de uma história silenciosa das mulheres**. Estudos Feministas, Florianópolis. Janeiro-abril/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a24v16n1.pdf> . Acessado em: 02/12/2022